



ENTREVISTA

A substituição da TJLP pela TLP faz parte de um projeto mais amplo de desmonte não só do BNDES, mas de todo o crédito direcionado no País, afirma o economista Ernani Teixeira Torres Filho.

**INOVE INDÚSTRIA
A RECEITA PARA
GERAR VALOR
E AGREGAR
QUALIDADE AO
PRODUTO**

**MANUFATURA ENXUTA
SENAI GOIÁS
DESTACA-SE
NA GESTÃO DO
PROGRAMA BRASIL
MAIS PRODUTIVO**

Goiás Industrial



ANO 66 / Nº 280 / FEVEREIRO 2018

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

BONS VENTOS no comércio exterior goiano

GRAÇAS AO AGRONEGÓCIO, SUPERÁVIT COMERCIAL DE GOIÁS BATE RECORDE EM 2017, APROXIMANDO-SE DE US\$ 3,67 BILHÕES. MAS SETOR DE MANUFATURAS ENCERRA ANO COM DÉFICIT DE US\$ 2,63 BILHÕES.

**PARAGUAI
PAÍS DEFINE
ESTRATÉGIA PARA SE
TORNAR PLATAFORMA
DE EXPORTAÇÕES**



Um empresário preparado faz o diferencial

EDUCAÇÃO EMPRESARIAL IEL

- Presencial
- In Company
- MBA

Com o IEL, você se prepara e se torna um líder para o mercado.

O IEL oferece capacitação de excelência dentro dos mais modernos conceitos e práticas de gestão.



Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 280 / FEVEREIRO 2018

LOGÍSTICA

8 / Ainda sem a opção da Ferrovia Norte-Sul, empresários e políticos do Estado cobram retomada do transporte de contêineres pela Ferrovia Centro-Atlântica



Shutterstock

INOVE INDÚSTRIA

38 / Neste programa, o IEL Goiás ajuda as empresas a agregar valor ao seu negócio e a oferecer ao mercado produtos e serviços com mais qualidade

Alex Malheiros



SAÚDE NO TRABALHO

41 / Investimento na saúde bucal de trabalhadores reduz absenteísmo, eleva o bem-estar dentro das corporações e assegura retorno financeiro

MANUFATURA ENXUTA

45 / As 247 empresas atendidas pelo Senai Goiás, que foi destaque em 2017 na gestão do programa Brasil Mais Produtivo, conseguiram aumentar a produtividade em 65%, na média



Shutterstock

BONS VENTOS no comércio exterior goiano

CAPA

18 / No ano passado, a balança comercial do Estado registrou o melhor resultado de sua história, com saldo positivo de US\$ 3,67 bilhões. O agronegócio respondeu quase sozinho pelo desempenho, ao gerar superávit de US\$ 5,22 bilhões, compensando o déficit de US\$ 1,55 bilhão anotado pelos demais setores da economia.

OPINIÃO

5 / No artigo Reformas, avante!, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, defende o prosseguimento no Congresso Nacional de uma agenda capaz de aprovar as reformas da Previdência, tributária e política

ENTREVISTA

10 / A troca da TJLP pela TLP faz parte de um projeto muito mais amplo, que contempla o desmonte de todo o crédito direcionado na economia e a redução drástica e a curto prazo do BNDES, adverte o economista Ernani Teixeira Torres Filho, em entrevista à **Goiás Industrial**.



INTERNACIONALIZAÇÃO

28 / "Comércio exterior não é para amadores", sustenta o gerente do Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN), Plínio Viana. A internacionalização de empresas exige planejamento e capacitação

Alex Malheiros



PARAGUAI

32 / Na primeira visita oficial de um líder latino-americano a Goiás, o presidente do Paraguai, Horacio Cartes, detalha a estratégia do país para se tornar uma plataforma de exportações para empresas da região

LEIKANDIR

35 / Indústrias e produtores de soja defendem consenso para corrigir distorções acumuladas a partir de 1996, adequar a legislação e fortalecer toda a cadeia produtiva



SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves
Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretora: Sônia Rezende (interina)
Superintendente: Almir Blesio (interino)

DIRETORIA DA FIEG (2015-2018)

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-presidente: Wilson de Oliveira

2º Vice-presidente:
Antônio de Sousa Almeida

3º Vice-presidente:
Gilberto Martins da Costa

1º Diretor Secretário:
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

2º Diretor Secretário: Heribaldo Egídio

1º Diretor Financeiro:
André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Diretor Financeiro: Hélio Naves

Diretores

Sandro Antônio Scodro Mabel
Otávio Lage de Siqueira Filho
José Nivaldo de Oliveira
Jaime Canedo
Pedro Silvério Pereira
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
João Essado
Elvis Roberson Pinto
Sílvio Inácio da Silva
Eliton Rodrigues Fernandes
Olympio José Abrão
Carlos Roberto Viana
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
José Antônio Vitti
José Luiz Martin Abuli
Wellington Soares Carrijo
Álvaro Otávio Dantas Maia
Jair Rizzi
Robson Peixoto Braga
Edilson Borges de Souza
José Divino Arruda
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Eduardo Cunha Zuppani
Mário Renato Guimarães de Azeredo
Emílio Carlos Bittar
Antônio Benedito dos Santos
Leopoldo Moreira Neto

Conselho fiscal

Célio Eustáquio de Moura
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Orizomar Araújo Siqueira

Conselho de representantes junto à CNI

Pedro Alves de Oliveira
Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga
Álvaro Otávio Dantas Maia
Alyson José Nogueira
André Lavor Pagels Barbosa
André Luiz Baptista Lins Rocha
Antônio Alves de Deus
Antônio Benedito dos Santos
Antônio Humberto Alves de Sousa
Bruno Franco Beraldi Coelho

Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Roberto Viana
Célio Eustáquio de Moura
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Bilemjan Filho
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Emílio Carlos Bittar
Enoque Pimentel do Nascimento
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Santana Rassi
Gilberto Martins da Costa
Heitor de Oliveira Nato Neto
Hélio Naves
Heribaldo Egídio
Ian Moreira Silva
Jaime Canedo
Jair José de Alcântara
Jair Rizzi
Jaques Jamil Silvério
Jerônimo David de Sousa
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Joana D'Arc da Silva
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Carlos Garrote de Sousa
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Nivaldo de Oliveira
Laerte Simão
Leopoldo Moreira Neto
Lúcio Monteiro dos Santos
Luiz Antônio Gonçalves Fidelis
Luiz Gonzaga de Almeida
Marcelo de Freitas Barbosa
Marcos André R. de Siqueira
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Osnei Valadão Marques
Otávio Lage de Siqueira Filho
Paulo Lobo de Araújo Júnior
Pedro de Souza Cunha Júnior
Plínio Boechat Lopes
Robson Peixoto Braga
Rodolfo Luiz Xavier Virgílio
Sandro Antônio Scodro Mabel

Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente: Heribaldo Egídio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Pedro Silvério Pereira

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente: Olympio José Abrão

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente: Jaime Canedo

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente:
Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente:
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Thais Aparecida Santos

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

Câmara Setorial da Indústria da Construção

Presidente: Sarkis Nabi Curi

Câmara Setorial de Alimentos e Bebidas (Casa)

Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel

Rede Metrológica

Presidente: Melquiades da Cunha Neto

EXPEDIENTE

Goias Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Geraldo Neto

Edição

Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem

Andeláide Lima, Célia Oliveira, Daniela Ribeiro e Janaina Staciariini e Corrêa

Colaboração

Wellington da Silva Vieira
Adriana Moreno

Fotografia

Alex Malheiros

Projeto gráfico

Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações, diagramação e produção

Jorge Del Bianco
DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão

Gráfica Kelps

Departamento Comercial

(62) 3219-1720

Redação e correspondência

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975

Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



Reformas, avante!

“É preciso manter o foco, principalmente neste ano eleitoral, indo de forma consciente e responsável às urnas para escolher nossos representantes estaduais e federais para os próximos quatro anos. Talvez este seja nosso mais importante dever de casa e que vai determinar o êxito do País para as próximas gerações.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e do Conselho Deliberativo do Sebrae Goiás

2018 já começa com um enorme desafio: o de continuidade da recuperação econômica e fiscal de nosso País. Assim como foram decisivos para a economia os avanços alcançados com o estabelecimento da PEC do Teto dos Gastos, a regulamentação da terceirização

e a aprovação da Reforma Trabalhista e da convalidação dos incentivos fiscais, é fundamental que a agenda positiva tenha prosseguimento no Congresso Nacional.

A expectativa do setor produtivo é positiva para este novo ano: crescimento do PIB industrial na casa dos 3%, aumento de 2,8% no consumo das famílias e queda de 1% na taxa de desemprego. A inflação deve continuar sob controle e confiamos na continuidade da queda da taxa selic – para 6,75% – e dos juros reais para uma média anual de 2,9%.

Olhamos com otimismo para o futuro, entretanto sem perder o foco no presente. Nesse sentido, é salutar que avancemos com as reformas da Previdência, tributária e política, além de promover a desburocratização da economia e maior debate em torno do spread bancário – que sufoca toda a classe produtiva (empresários e trabalhadores) –, principalmente diante deste novo momento, com baixa inflação e significativa queda da taxa selic.

Perseguir a austeridade fiscal deve ser o centro dos esforços do poder público. O rombo é enorme: em 2017, o número consolidado para o setor chegava a um

saldo negativo de R\$ 163 bilhões. Alcançar o equilíbrio fiscal é fundamental para que consigamos retomar nossa capacidade de investimento, trazendo força à nossa economia e de volta o virtuoso ciclo do incremento da produção, da geração de mais postos de trabalho e do aumento do consumo.

São muitos os desafios, mas renovamos nossa esperança diante dos avanços já alcançados. É preciso manter o foco, principalmente neste ano eleitoral, indo de forma consciente e responsável às urnas para escolher nossos representantes estaduais e federais para os próximos quatro anos. Talvez este seja nosso mais importante dever de casa e que vai determinar o êxito do País para as próximas gerações.

Enfim, o Ano Novo começa com grandes expectativas pela continuidade da agenda positiva que tirou o Brasil do atoleiro. Agora, é engatar a primeira marcha e acelerar com responsabilidade rumo ao crescimento sustentado. ◆

* Artigo publicado no jornal **O Popular** dia 15/01/2018

Fotos: Alex Malheiros

SENAI EM NOVO GAMA / A inauguração, dia 1º de dezembro, do Núcleo Senai Novo Gama criou grande expectativa na cidade do Entorno do Distrito Federal, onde a instituição do Sistema Fieg já mantém núcleos de educação profissional em Luziânia e Formosa. Destinada à formação de profissionais para o setor do vestuário – uma das principais atividades econômicas de Novo Gama –, a estrutura é fruto de parceria com a prefeitura e vai funcionar dentro da Cooperativa de Produção de Vestuário e Moda, por meio de ação móvel da Faculdade Senai Roberto Mange, de Anápolis. “A parceria com o Senai vai ampliar o acesso da população ao mercado de trabalho, gerar mais emprego e renda e fortalecer a economia do município”, diz a prefeita Sônia Chaves. A expectativa é a mesma de Isabel do Nascimento Oliveira, aluna da primeira turma do curso de costura. “A unidade do Senai vai nos dá oportunidade de aprender uma profissão. Tenho máquinas industriais em casa, com a qualificação vou poder abrir meu próprio negócio, ter uma renda e melhor qualidade de vida.



● **Isabel do Nascimento, aluna da primeira turma do curso de costura industrial em Novo Gama:** abrir negócio próprio



OTIMISMO EM CATALÃO / Metade das empresas do polo industrial de Catalão tem planos de investimento para 2018 e, dentre estas, 90% planejam investir na ampliação de suas unidades, enquanto outras 14% desejam construir novas plantas na cidade. É o que revela diagnóstico sobre a região, lançado dia 6 de dezembro pela Fieg, na quarta etapa do projeto Polos Industriais do Estado de Goiás, durante seminário sobre perspectivas e soluções para o segmento, na Escola Senai Catalão. Antes, haviam sido estudadas vantagens e carências dos polos de Anápolis, Aparecida de Goiânia e Rio Verde, encaminhando soluções para superar gargalos e destravar os investimentos naquelas regiões. Na foto, o coordenador técnico da Fieg, Wellington Vieira, apresenta o estudo sobre Catalão.

HOMENAGEM À PM / Em cerimônia na Casa da Indústria, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, entrega aos coronéis Ricardo Rocha e Divino Alves Diploma de Homenagem da Indústria à Polícia Militar de Goiás, por relevantes serviços prestados à sociedade goiana, “ao cumprir a nobre missão de, cotidianamente, proporcionar segurança à população, combatendo a violência e a criminalidade”. Evento destacou os profissionais que se destacaram na corporação. “É preciso reconhecer e valorizar nossos policiais, que colocam a vida em risco para proteger a ordem pública”, disse Pedro Alves.



Tatiana Reis

Fotos: Alex Malheiros



PIONEIROS / Dois dos mais longevos líderes da indústria goiana, Hélio Naves e Daniel Viana encontram-se durante confraternização da Fieg, em dezembro, no Sesi Clube Ferreira Pacheco. Aos 91 anos, professor Hélio preside o Simelgo e é diretor do Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás). Viana, de 93, está à frente do Sindicato das Indústrias de Alfaiataria.



TEST DRIVE / O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, participa da inauguração de melhorias na Faculdade Senai Ítalo Bologna, em Goiânia, incluindo uma estação de recarga de bicicletas elétricas, um simulador indústria 4.0, auditório, entre outras.

PERDEMOS ISANULFO / A morte precoce do jornalista Isanulfo Cordeiro, aos 66 anos, dia 13 de janeiro, abalou a imprensa e o meio político e empresarial goiano. Ex-editor-chefe de O Popular, entre 1999 e 2007, secretário-chefe do Gabinete de Gestão de Assuntos Internacionais do Governo do Estado, foi nesse último cargo que ele participou frequentemente de diversas atividades da Fieg, sobretudo em missões comerciais em vários países. Vítima de complicações decorrentes de um câncer na bexiga, descoberto em 2016, sua morte foi lamentada por amigos, jornalistas e autoridades. Natural de Campos Belos, no Nordeste do Estado, se mudou com 4 anos para a capital, onde estudou no tradicional Lyceu de Goiânia e formou-se simultaneamente em Direito e Jornalismo na Universidade Federal de Goiás (UFG), que recentemente concedeu-lhe Medalha de Honra, entregue a ex-estudantes que se destacaram profissionalmente. Ele deixa a mulher, Maria Beatriz Costa, que foi professora de Jornalismo da UFG, os filhos Pedro Ivo Guerra, Lorena e Alexandre e os netos João Pedro, Larissa, Ana Lis, Júlia e Heitor.



LOGÍSTICA SOB FOGO CRUZADO

Além da paralisação da Ferrovia Norte-Sul desde sua inauguração, a Ferrovia Centro-Atlântica mantém suspenso o transporte de contêineres entre Anápolis e Sumaré

A logística goiana e, portanto, sua capacidade de continuar competindo com outras regiões e especialmente no mercado internacional estão sob fogo cruzado. De um lado, a Ferrovia Norte-Sul (FNS), que poderia representar uma opção estratégica para baratear os custos logísticos da região, continua virtualmente paralisada, embora concluída há praticamente quatro anos. De outro, a

Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), consolidada há décadas, perdeu um dos braços de sua operação com a suspensão, desde novembro do ano passado, do transporte de contêineres no trecho entre Anápolis e Sumaré, na região metropolitana de Campinas (SP).

A paralisação do serviço pela operadora VLI, controlada da Vale que detém também a concessão do trecho norte da FNS entre Açailândia (MA) e Palmas (TO), voltou a ser debatida no dia 22 de janeiro, no Porto Seco Centro-Oeste, em Anápolis, e continuava sem solução até o fechamento desta edição da **Goias Industrial**. A ferrovia transportava, em média, em torno de 700 contêineres por mês, que desde a suspensão passaram a ser carregados por caminhões, a custos mais elevados e com impactos ambientais mais severos.

As discussões reuniram o primeiro vice-presidente da Fieg, Wilson de Oliveira, o presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da federação (Coinfra/Fieg), Célio Eustáquio de Moura, a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), que tem articulado o movimento para retomada do serviço. Também participaram o secretário de Desenvolvimento, Francisco Pontes, o prefeito de Anápolis, Roberto Naves, o especialista em regulação da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), Ademir Batista Castorino, e o diretor de Operações do Porto Seco Centro-Oeste, Everaldo Fiatkoski.

“Não podemos mais aceitar que a ANTT se silencie em questões tão importantes para o Estado de Goiás. Não podemos entender o transporte ferroviário ser interrompido sem haver nenhuma manifestação da ANTT. Queremos que a ANTT faça cumprir o que está definido no contrato de concessão”, defendeu a senadora. A suspensão do transporte de contêineres, acrescentou Célio Eustáquio, atinge negativamente a imagem da ferrovia, exigindo uma “aglutinação” das forças políticas e empresariais do Estado para que o serviço seja retomado. “A indústria precisa de competitividade, que significa preço e qualidade. Hoje temos um modal ferroviário sem funcionar e quando funciona custa mais que o rodoviário”, acrescentou Oliveira.

Segundo alegou a VLI, não haveria demanda para dar continuidade ao serviço de contêineres (a operadora manteve o transporte de graneis líquidos e sólidos), informação contestada pelos empresários.



● **Célio Eustáquio de Moura e Wilson de Oliveira:** empresários cobram retomada do transporte de contêineres em reunião com a ANTT

Alex Malheiros

Durante os debates, no entanto, Castorino mencionou a intenção da FCA de rediscutir as tarifas cobradas, indicando uma questão muito mais comercial do que econômica. De qualquer forma, segundo a assessoria da Secretaria de Desenvolvimento de Goiás (SED), a ANTT já teria instaurado um processo administrativo, cobrando esclarecimentos da FCA. “Reitero o compromisso da ANTT em ouvir e buscar esclarecimentos. Temos que seguir um rito processual, pedimos desculpas pela demora, mas temos mecanismos regulatórios a serem seguidos”, disse Castorino.

(Fontes: Assessoria de Comunicação da SED e O Popular)

Polo Sudoeste previsto para setembro

Em obras desde setembro do ano passado, o Polo de Cargas do Sudoeste de Goiás deverá ser entregue pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias, a princípio, em setembro próximo, caso os prazos sejam cumpridos e, ainda, se o leilão para a concessão do tramos central e sul da Ferrovia Norte-Sul não acontecer antes, numa hipótese ainda pouco provável. A instalação do pátio, que permitirá a conexão da ferrovia com toda as principais rodovias que cortam o Sudoeste goiano, região que responde por 56% da produção agrícola estadual, exigirá investimento inicialmente estimado em R\$ 72,0 milhões, segundo o diretor de operações da Valec, Marcus Expedito Felipe de Almeida.

No que parece ser a definição mais recente do governo Michel Temer, a Secretaria Geral da Presidência, comandada por Wellington Moreira Franco, disse que o futuro ou futuros vencedores do leilão

© Carlos Cesar Barcellos Neto



● **Ainda incerto:** leilão de concessão do trecho central da ferrovia não tem data definida pelo governo

responderão igualmente pela conclusão de obras eventualmente não terminadas pela Valec na data do certame, numa tentativa de concluir o processo ainda neste ano. Anunciado a princípio para o primeiro trimestre deste ano, talvez por volta de meados de fevereiro, o leilão não tem data oficialmente confirmada, até porque seu edital não havia sido enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) até meados de janeiro.

O Polo Sudoeste, afirma Almeida, será o maior de toda a ferrovia, incluindo o trecho já concedido entre Açailândia e Palmas, no Tocantins. Com capacidade para movimentar graneis agrícolas, etanol, açúcar, fertilizantes e combustíveis, entre outras cargas, terá acesso à GO-201 e está sendo construído estrategicamente a 5 quilômetros de Santa Helena, a apenas 26 quilômetros de Rio Verde, a 30 quilômetros da BR-060, que corta a região a partir de Brasília, seguindo até Mato Grosso do Sul, e a 23 da BR-452, que sai de Rio Verde em direção a Minas Gerais.

Foi necessário desapropriar em torno de 300 hectares, dos quais 94 serão ocupados pelo pátio propriamente,

que terá as características de uma “pera ferroviária”, somando 11,2 mil metros de linhas. Conforme detalha Almeida, que participou em dezembro de um encontro promovido pela Fieg para debater a instalação do polo de cargas, as alças da pera ferroviária permitirão movimentar cargas nos sentidos norte-sul, norte-norte e sul-sul. As obras estão a cargo do Consórcio Pavotec-KM-Prumo, formado pela Pavotec Pavimentação e Terraplanagem S/A, KM Construções e Equipamentos Ltda. e Prumo Engenharia Ltda. Mais adiante, conforme a Valec, o pátio será “objeto de concorrência pública para a concessão de uso mediante condições especiais”.

Além do Polo Sudoeste, a Norte-Sul terá em Goiás os pátios de Uruaçu e Anápolis, ambos com toda a infraestrutura e superestrutura ferroviária concluídas, e de São Simão, em área próxima ao distrito agroindustrial local, conforme Almeida. “Estamos ouvindo o mercado e, no caso específico de São Simão, temos conversado principalmente com a Caramuru e ainda com a Louis Dreyfus Company (LDC)”, adianta ele. A ideia é que uma delas ou ambas empresas possam operar o pátio. ♦

O desmonte do BNDES

A substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que fechou 2017 em 7,0% ao ano, pela Taxa de Longo Prazo (TLP), em vigor desde 1º de janeiro, elevará os custos de financiamento dos investimentos nessa modalidade no País e tenderá a reduzir drasticamente o tamanho e a relevância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na visão do economista Ernani Teixeira Torres Filho, professor aposentado do Instituto de Economia da UFRJ e ex-superintendente do banco, a mudança, assim como outras já anunciadas pelo governo, com impacto sobre os fundos constitucionais regionais, faz parte de um projeto mais amplo que inclui o desmonte do BNDES e a extinção gradual do crédito direcionado na economia. Em dois ou três anos, projeta ele, a carteira de ativos do banco deverá despencar de quase R\$ 800,0 bilhões para R\$ 300,0 bilhões, “indo em direção a R\$ 200,0 bilhões”. Nesta entrevista à **Goiás Industrial**, Teixeira afirma, entre outros pontos, que o BNDES como é conhecido atualmente desaparecerá. Igual destino terão as políticas de apoio à produção nacional de bens metalomecânicos, conduzindo a mais importações e ao desemprego.

Goiás Industrial - Por que houve certa demora na reação do empresariado, especialmente no setor industrial, frente à troca da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela Taxa de Longo Prazo (TLP), que embute custos mais elevados no crédito para investimento?

Ernani Teixeira Torres Filho – Muita gente ficou dividida com a criação da TLP na área empresarial. Essa demora ocorreu em várias regiões, assim como em São Paulo. Sei porque militei muito nisso ao longo de 2017 e vi o racha em diversos setores. Estou trabalhando nisso agora exatamente tentando chamar a atenção sobre quais são as consequências do que está vindo aí. O processo todo tem várias dimensões. Do meu ponto de vista, há cinco fatores relevantes atuando simultaneamente e vão levar a que, se nada for feito, o desmonte do BNDES aconteça de uma maneira muito rápida. O que é rápido? Três anos. Estamos falando de um banco que chegou a ter uns R\$ 400,0 bilhões em carteira e teve estar agora com mais de R\$ 800,0 bilhões e que, no meu ponto de vista, estaria em três anos com R\$ 300,0 bilhões, indo em direção a R\$ 200,0 bilhões. ►



**“ESTAMOS
FALANDO DE UM
BANCO QUE CHEGOU
A TER UNS R\$
400,0 BILHÕES EM
CARTEIRA E DEVE
ESTAR AGORA COM
MAIS DE R\$800,0
BILHÕES E QUE,
NO MEU PONTO DE
VISTA, ESTARIA EM
TRÊS ANOS COM R\$
300,0 BILHÕES, INDO
EM DIREÇÃO A R\$
200,0 BILHÕES”**

Goiás Industrial - Isso é a posição dos ativos?

Teixeira Torres – Estoque de ativos. É um ajuste muito pesado num prazo muito curto. O que está por trás disso? São cinco fatores com quatro naturezas diferentes. O primeiro é estritamente conjuntural, que é o fato de que a economia embicou para baixo e o investimento caiu mais do que proporcionalmente, já que as empresas estão mais preocupadas em pagar dívidas do que em investir. Isso, por si só, faria com que os desembolsos do BNDES despencassem de R\$ 180,0 bilhões para R\$ 100,0 bilhões ou R\$ 120,0 bilhões facilmente, ou menos.

A dimensão da crise é muito pesada na história brasileira e ela deveria se refletir no que está acontecendo no BNDES hoje. A dimensão conjuntural, no entanto, tende a se aliviar no tempo. Há certo consenso de que o nível de atividade bateu num piso. Há uma recuperação, mas ainda tímida e frágil. A expectativa é de que a economia vai retomar e que as empresas, sem investir há dois ou três anos, voltem a fazê-lo. Isso já está começando a vir de vários lados, o (setor) imobiliário está reagindo, a taxa de juros está caindo. Diria que a conjuntura, que foi muito perversa no ponto de vista do BNDES, nos próximos três anos tende a não ser tanto assim.

Goiás Industrial - Além da conjuntura, qual outro fator?

Teixeira Torres – O segundo fator tem a ver com uma coisa de natureza estrutural e de longo prazo. Isso não é uma ciência, é uma percepção, mas que eu defendo com certa tranquilidade. O regime de taxas baixas de juros veio para ficar. O que eu chamo de baixa? Uma taxa de um dígito. Ou seja, estamos falando em Selic (juros básicos) de um dígito por período prolongado. Seria razoável pensar em pelo menos três anos. Pode ser mais, deverá ser muito mais do que isso. O regime de taxas baixas de juros existe no mundo desenvolvido há anos e na América Latina, nos países que como o Brasil se integraram ao sistema internacional, há vários anos. Chile, Peru, Colômbia, México todos têm taxa de juros baixa, de um dígito.

Goiás Industrial - O que explicaria essa tendência de juros mais baixos no longo prazo no Brasil?

Teixeira Torres – A integração, o sistema globalizado, por

razões de concorrência, de tamanho de mercado, por integrar vários tipos de atores, torna os mercados mais concorrenciais. Este é um fator. Em segundo, faltam ativos no mundo e, portanto, a liquidez é muito elevada. Há uma concorrência sobre os ativos e isso permite que os governos captem mais barato. Em terceiro, os preços internacionais são muito estáveis e tendem, nos últimos anos, principalmente os (preços) industriais e mais recentemente os agrícolas, a uma certa deflação. Então, a inflação (global) é baixa. Se a inflação é baixa e se os spreads e o risco dos governos são

baixos, as taxas de juros são baixas. Isso foi um produto que a globalização financeira gerou em todo o mundo que integrou, nos países avançados a partir dos anos 1990, nos países da América Latina, e também numa parte da Ásia. Isso já é regra há cinco ou dez anos. O Brasil é tardio nisso, mas era uma coisa que todo mundo esperava há algum tempo.

Goiás Industrial - Qual será o impacto dessa tendência para o BNDES?

Teixeira Torres – A taxa de juros de um dígito colocaria o BNDES com um problema de competitividade sério. Por quê? Porque o que torna o banco atrativo não é gentileza do sorriso do gerente. Pelo contrário. O BNDES é um banco relativamente ineficiente no trato com os clientes, porque ele é público. Então tem norma, tem controle, tem Tribunal de Contas da União (TCU). O que dava atratividade ao banco? Taxa e prazo. A taxa de juros de um dígito faria com que o mercado passasse a poder competir mais próximo com o que o BNDES faz e com os prazos do banco. Seria razoável que eu pudesse comprar um caminhão financiado pelo Bradesco e não mais pelo

dinheiro do BNDES, da Finame. Por quê? Porque a Selic deveria ficar mais baixa do que, eventualmente, a TJLP. E seria razoável que assim o fosse. Em qualquer lugar do mundo, isso aconteceu com bancos do tipo do BNDES. Mas foi um processo lento, durou uma década em cada lugar e os bancos de desenvolvimento tiveram de recuar um pouco no que faziam e foram fazendo outras coisas. Foram se acomodando. Esse fator, na minha visão estrutural, tenderia já a gerar um estrago sobre o BNDES e obrigá-lo a ter nova configuração pela concorrência do mercado à qual a instituição esteve relativamente isolada ao longo de toda

“O REGIME DE TAXAS
BAIXAS DE JUROS VEIO PARA
FICAR. OU SEJA, ESTAMOS
FALANDO EM SELIC (JUROS
BÁSICOS) DE UM DÍGITO POR
UM PERÍODO PROLONGADO.
SERIA RAZOÁVEL PENSAR
EM PELO MENOS TRÊS ANOS.
PODE SER MAIS, DEVERÁ SER
MUITO MAIS DO QUE ISSO”



sua existência. Houve muito pouca concorrência. Ao mesmo tempo, se você olhar o Brasil, os mercados cresceram muito, o mercado de títulos de dívida, de debêntures, aumentou muito. Houve um desenvolvimento financeiro do País nos últimos dez anos, de 2003 para cá, substancial. Então a taxa de juros baixa veio para ficar, o que geraria problema para o BNDES. Aí eu diria, um problema positivo, claro. Ter taxas baixas de juros e um mercado privado atuante é desejável.

Goiás Industrial - O sr. havia mencionado cinco fatores...

Teixeira Torres – Terceiro ponto e aí são dois pontos colados. A política econômica desse governo tem uma origem e por isso a TLP não é coisa isolada. Ela, na verdade, é um programa de reforma financeira em que a TLP é apenas a ponta do iceberg. Essa reforma foi formulada em 2005 pelo economista Pérsio Arida (ex-presidente do Banco Central) e seu trabalho sobre isso está publicado. Eles querem, na verdade, acabar com todo crédito direcionado por vários motivos. Pouco importa aqui. Então, o primeiro ponto é que o governo da administração Michel Temer adotou política econômica contrária ao BNDES. Ele fez duas coisas, simultaneamente. O governo está sugando a liquidez do banco para o Tesouro e isso tem implicações macroeconômicas. Isso significa que o encolhimento do banco será muito mais rápido e muito mais volumoso do que a crise faria. Além disso, o governo pegou a taxa de juros do BNDES e colocou como uma taxa cara, ao amarrar a TLP à Nota do Tesouro Nacional série B (NTN-B) de cinco anos, que é IPCA mais uma taxa de risco do governo federal, hoje em torno de 4,8%, que é mais ou menos o nível que o mercado está cobrando. Por que ela é cara? Por causa de seu valor absoluto? Não. Porque as empresas podem captar abaixo dessa taxa. Em outubro do ano passado, houve US\$ 5,0 bilhões em lançamentos de debêntures. Em geral, com exceções, empresas de bom risco, como a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), estão captando dinheiro a um custo final no mercado de NTN-B mais 0,35% por dez anos. O BNDES cobra taxa de intermediação de 2%. Com NTN-B mais 2%, ele jamais vai ser banqueiro da CPFL.

Goiás Industrial - Quanto o custo do financiamento vai encarecer?

Teixeira Torres – Meu conceito de caro não é um conceito absoluto, porque o risco Brasil é alto comparativamente a outros países, mas é um conceito de caro relativamente ao mercado brasileiro. Ao fixar em NTN-B de cinco anos, e quem fixou sabia o que estava fazendo, você fez com que o crédito do BNDES se tornasse um crédito caro, comparativamente às oportunidades de mercado. Para um banco que é ineficiente (no trato com o cliente) e cobra caro, as implicações são desastrosas. No mercado que está se desenhando à frente, a Finame desaparece. Toda a

operação da Finame está dentro dos bancos, Bradesco, Itaú, Safra, Santander. Apenas a origem dos recursos é o BNDES. É fácil para o banco privado desplugar a Finame e plugar na captação dele. A não ser que o prazo seja tão longo que melhore as condições da operação. Senão, ele (o banco privado) bota a Selic dele transformada que é muito mais barata.

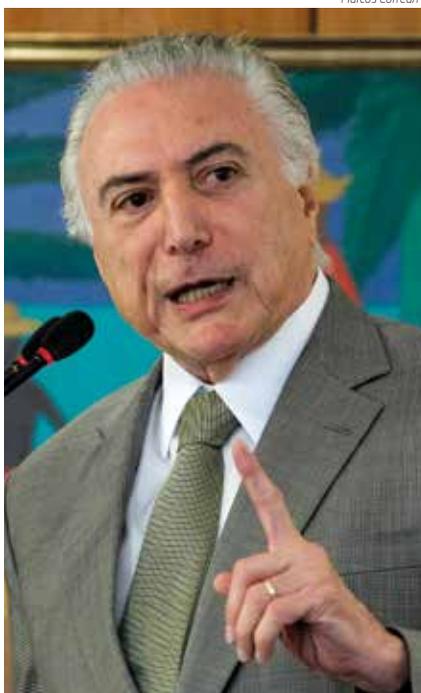
Goiás Industrial - Resta um último fator.

Teixeira Torres – Falei de conjuntura, de estrutura, de política econômica, esse governo fez uma política de encolhimento rápido do BNDES, propositadamente, no meu ponto de vista, e o último fator é reputacional. Todo o processo em torno da TLP foi feito tentando vender imagem do BNDES como instituição de má reputação, como se fosse um bando de pessoas tentando roubar o País, roubar o povo para dar dinheiro aos ricos, um Robin Hood ao contrário, de uma maneira leniente. Mas não tem nada. Sei exatamente o que

está acontecendo. Sei exatamente como são os processos e houve grande operação midiática e uma operação do TCU (Tribunal de Contas da União) para criminalizar a atividade do BNDES. Isso é muito complicado, piora a parte operacional toda e é um problema politicamente sério.

Goiás Industrial - O que virá na sequência?

Teixeira Torres – Com esses cinco fatores atuando sobre uma estrutura que 60 anos – o BNDES não vai perder dinheiro porque seus ativos são muito bons, o corpo técnico do banco é ▶



Marcos Corrêa/PR

“GOVERNO DA ADMINISTRAÇÃO MICHEL TEMER ADOTOU POLÍTICA ECONÔMICA CONTRÁRIA AO BNDES”

muito bom –, mas é difícil e se nada for feito nada, em última instância, do meu ponto de vista, o BNDES que a gente conhece vai praticamente desaparecer. E provavelmente os empresários vão olhar e dizer: “Rapaz, era tão bom enquanto tinha. Perdemos”. Perdemos mesmo e não vamos botar nada no lugar.

Goiás Industrial - Para essa corrente que deseja fazer o banco desaparecer, esta parece ser a intenção, o setor privado tomaria o lugar do BNDES. Como o sr. analisa esse argumento?

Teixeira Torres – Que setor privado? Quem pode ocupar o lugar do BNDES? Os bancos? Qual o problema dos bancos? Por razões de natureza operacional, eles vão naturalmente tomar conta de um pedaço disso, mas nas operações mais curtas, como a Finame. Não tenho a menor dúvida. E aí vai dar uma desnacionalização no setor metalomecânico. Tudo bem. Em vez de 60% de nacionalização, vai a 30%, vai dar desemprego, vai dar importação. Isso os bancos conseguem fazer relativamente fácil e rápido. O resto, não. E é muito fácil mostrar isso. Se você pegar os dados do Banco Central (BC), nos créditos bancários acima de cinco anos de prazo, o BNDES responde por 50%, Banco do Brasil e Caixa, que são créditos direcionados, no caso, imobiliário e crédito rural, somam outros 30%. Os bancos têm, em carteira, 20% do crédito de longo prazo. Significa que eles têm alguma demanda, mas para coisas de prazo mais curto. Outra coisa, são cinco bancos, se tirar um, o spread sobe. A margem que as empresas têm de distribuir seu risco sobre uma estrutura de bancos maior – e o BNDES representa 20% do sistema bancário – desaparece. A concorrência cai. Vão substituir alguma coisa e vão cobrar por isso.

Goiás Industrial - Mas alega-se que segmento de debêntures poderia suprir esses recursos de prazo mais longo.

Teixeira Torres – Ah, o mercado de debêntures. Quando você olha esse mercado, de fato, ele é maior do que o BNDES em termos de estoque de dívida, representando 12,3% do PIB enquanto o BNDES é mais ou menos 9%. Só que dois terços do mercado de debêntures são operações de leasing. Não existe isso

em nenhum lugar do mundo. O que é uma operação de leasing? Eu, como banco, não posso emitir debêntures, então mando minha instituição de leasing emitir. Eu compro essas debêntures e minha empresa de leasing me devolve o dinheiro. O que o banco faz com essa debênture? Ele vende para você, com direito de recompra, sem pagar imposto e sem ter que recolher depósito no BC. Então o mercado de debêntures, do ponto de vista de escala, é uma piada. É um mercado que vai crescer, não tenho dúvida nenhuma disso, e que tem apetite para mais cinco anos. Mas precisa de

tempo. Digo o seguinte, se o mercado acompanhasse, nós poderíamos ter uma transição de cinco, dez anos. Com a TLP, a gente está trazendo isso para dois anos. Significa que vai congestionar. Se a economia retomar, congestiona mais ainda. E aí o que vai acontecer? Os spreads vão subir. E quem é que vai poder botar dinheiro nisso? Os bancos lá fora. O mercado internacional tem dinheiro que não acaba mais. Então, vai dolarizar mais. O BNDES é substituível? É, do meu ponto de vista. Com muitos problemas nos primeiros quatro ou cinco anos, mas com tendência a aumento dos spreads e com tendência a aumento da dolarização da economia, que foi uma coisa que conseguimos evitar no passado, principalmente no balanço das empresas. Muito bem. Precisava disso? Não, não precisava. Você iria fazer esse ajuste naturalmente, num prazo mais longo, tranquilamente.

Goiás Industrial - O que explica esse açodamento, então?

Teixeira Torres – Por que botaram a taxa de juros a NTN-B de cinco anos? No meu ponto de vista, de propósito. Quem fez isso sabia exatamente o que estava fazendo. O plano é muito maior do que

isto, é acabar com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com as letras dos bancos, com debêntures incentivadas (que contribuem para financiar o investimento de longo prazo, principalmente em infraestrutura), é dar mercado aos quatro ou cinco bancos que já operam.

Goiás Industrial - Numa questão à parte, mas dentro do tema, o TCU recentemente contestou o valor de compra



“SE VOCÊ PEGAR OS DADOS DO BANCO CENTRAL (BC), NOS CRÉDITOS BANCÁRIOS ACIMA DE CINCO ANOS DE PRAZO, O BNDES RESPONDE POR 50%, BANCO DO BRASIL E CAIXA, QUE SÃO CRÉDITOS DIRECIONADOS, NO CASO, IMOBILIÁRIO E CRÉDITO RURAL, SOMAM OUTROS 30%. OS BANCOS TÊM, EM CARTEIRA, 20% DO CRÉDITO DE LONGO PRAZO”

das ações da JBS pela BNDESPar. Qual sua opinião?

Teixeira Torres – É uma imbecilidade. Quem tem alguma vivência de mercado vai entender. O BNDES nunca comprou, de nenhuma empresa, ações pela média do mercado, por incrível que pareça. O BNDES trabalha com desconto do fluxo de caixa a valor presente. E aí, para balizar se aquele cálculo tem ou não conexão com o mercado, no preço, o banco usa uma média (dos preços das ações) dos dois meses anteriores que ele acha representativa. Aquilo é uma mistura de ignorância com maldade. Assim, é de propósito.

Goiás Industrial - O que a TLP vai significar para o investimento de longo prazo?

Teixeira Torres – São algumas grandes perdas. Você perde um instrumento doméstico de proteção ao investimento industrial, que é um investimento de longo prazo. Na verdade, você vai ter um instrumento que vai sobrar alguma potência dele para créditos de muitíssimo longo prazo, então estou falando de sete anos ou mais. Mas isso é pouco relativamente ao tamanho do mercado de crédito e ao tamanho do BNDES hoje. Então sobra ali alguma coisa que vai dar algum tipo de atividade, vai sobrar alguma coisa na exportação, mas também não tem mais empreiteira para usar, na Embraer eventualmente. Perde-se ainda um instrumento contra crises. Se houver outra crise pesada, como a de 2008, não tem instrumento nenhum no governo nem para segurar o nível de atividade e nem para os empresários conseguirem financiamento para tocar seus projetos e sua vida. Por quê? Porque a taxa do BNDES vai explodir junto com a taxa do Tesouro na hora, na cara de todo mundo. Estamos perdendo um instrumento anticíclico que foi fundamental na crise de 2008 e estamos perdendo um instrumento que permitia que o governo, na verdade, chegasse e propusesse fazer um projeto de infraestrutura. Na verdade, você vai perder um instrumento que outros países, como a Alemanha, optaram por não perder. Isso na Alemanha não deu nenhum problema na política monetária. Não deu problema nenhum no desenvolvimento dos mercados e simplesmente você foi acomodando devagarzinho e aquilo está lá e você usa quando necessário, quando quer promover determinada

política, determinado setor. Lembremos que o Brasil é um país muito mais pobre do que a Alemanha.

Goiás Industrial - No caso do setor de bens de capital, como o sr. citou, se a intenção for desenvolver uma política que estimule índices maiores de nacionalização não haverá mais como fazer isso?

Teixeira Torres – Não, acabou. Você vai ter desemprego no setor, um aumento do coeficiente de importação. As empresas fabricantes de tratores e caminhões vão continuar sobrevivendo? Vão, mas como uma indústria que cada vez mais será uma maquiladora ao estilo mexicano, com implicações sobre o emprego e sobre o emprego de boa remuneração. As empresas até vão se ajustar. Você quer que o mercado seja eficiente? Agora, o mercado eficiente não necessariamente vai fazer as coisas que são mais relevantes ou estrategicamente mais relevantes. O mercado vai fazer aquilo que lhe parece melhor.

“O GOVERNO DILMA (ROUSSEFF) FOI MUITO RUIM. FEZ UMA SÉRIE DE COISAS ERRADAS. NÃO TENHO A MENOR DÚVIDA. O PROGRAMA DE SUSTENTAÇÃO DO INVESTIMENTO (PSI) A JUROS DE 2,5% AO ANO FOI UM ABSURDO”



Roberto Stuckert Filho

Goiás Industrial - Retomando um ponto anterior, o ajuste viria naturalmente para o banco?

Teixeira Torres – Alguma coisa de ajuste, de redução de tamanho, sim. Sob esse ponto de vista, o governo Dilma (Rousseff) foi muito ruim. Fez uma série de coisas erradas. Não tenho a menor dúvida. O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) a juros de 2,5% ao ano foi um absurdo. Todo mundo sabia e todo o BNDES dizia isso. Mas bem, o governo quis fazer. Agora estão incriminando o que foi o veículo. Mas você pode eliminar esse tipo de coisa, por exemplo, proibindo que o Tesouro possa dar empréstimo ao BNDES. Agora, precisa destruir o mecanismo? Ele se reduziria naturalmente. Estou convencido disso e é bom que isso viesse a ocorrer. Não pela destruição, mas pelo lado criador a que essa destruição está associada. O mercado vir e fazer é muito mais estabilizante, é muito melhor. Mas você ter alguma coisa que supra sempre o que o mercado não faz isso existe em qualquer lugar do mundo.

Goiás Industrial - Quais países?

Teixeira Torres – Tem crédito direcionado nos Estados ►

Unidos, de 20% do PIB. Eles não têm um banco, mas usam garantia do Tesouro. O que estou querendo mostrar que é mais complexo. Se o Tesouro brasileiro captasse barato como o Tesouro americano, precisaria de um banco? Provavelmente, não. Ele fazia com seguro de crédito, desde que o seguro de crédito funcionasse. O seguro de crédito funciona no Brasil? Não. Então é melhor ter banco. Direcionamento de crédito é uma coisa seríssima, existe em qualquer lugar no mundo. Se você tirar o BNDES tem alguma outra coisa para colocar no lugar? Não. A gente só conseguiu construir bancos. Na área industrial é o que nós temos. Se você tirar ele não tem mais nada. A garantia do governo não serve para nada. O tamanho do crédito direcionado nos EUA é o tamanho relativamente do BNDES aqui dentro. Nos outros países do mundo é isso aí também.

Goiás Industrial - Quais as opções disponíveis?

Teixeira Torres – Está vindo agora a discussão pós-TLP. Claro que há caminhos. Tenho várias sugestões para desamarrar um pouco a coisa que está aí. Não sou contra o mercado vir e não acho que é voltar ao passado. Por exemplo, não pode ser o NTN-B de cinco anos, mas pode ser o IPCA. Mas o spread está alto. Dá para fazer um spread mais baixo? Claro que dá. Precisa estar ligado ao Tesouro? Não. Minha proposta é desvincular o BNDES do

Tesouro já. Pagar o Tesouro em créditos e o BNDES nunca mais ouvir falar do Tesouro Nacional. O BNDES vai encolher? Vai. É inevitável. E isso é ruim? Não. Mas tem várias coisas que você precisa fazer para que o processo de ajustamento a um regime de taxas baixas de juros e de um banco de desenvolvimento que é muito grande, que responde por 20% de todo o crédito bancário brasileiro, e que fosse feito devagar, ajustando devagarzinho. A gente tem de desarmar a bomba destruidora que está aí, discutindo muito, explicando para as pessoas o que é para fazer e o mercado vindo dizendo “olha, sou mais competente para fazer isso”. Tudo bem. Agora, você não precisa abrir a boca de uma taxa de juros enorme para permitir que o mercado faça isso amanhã. Você vai fazer isso devagarzinho, deixa o mercado ir se acomodando, deixa o banco ir se ajustando. Olha, vamos acabar com a nacionalização. Não queremos mais nacionalização. Ok, mas tudo isso tinha de vir à mesa, de virar conversa de gente grande e não ser feito na calada, com um governo maluco e no meio de processo de criminalização do BNDES como se o banco fosse a origem de todos os males. A armadilha que o governo está fazendo, tanto de enxugar o caixa do BNDES rápido demais, quanto botar uma taxa de juros alta demais é proposital. Você vai deixar uma coisa escangalhada para não ter mais o que fazer daqui a dois anos. ◆

Michael J. Newell

“**AS EMPRESAS FABRICANTES DE TRATORES E CAMINHÕES VÃO CONTINUAR SOBREVIVENDO? VÃO, MAS COMO UMA INDÚSTRIA QUE CADA VEZ MAIS SERÁ UMA MAQUILADORA AO ESTILO MEXICANO, COM IMPLICAÇÕES SOBRE O EMPREGO**”



UM TOMBO DE R\$ 347 BILHÕES

Silvano Vital



● **Empresários avaliam variáveis econômicas que levaram à queda no lucro da indústria**

mundo ficou mal”, ressaltou Thiago de Moraes. O setor financeiro foi apontado pelo economista como responsável também pela situação de penúria da indústria, por se apropriar de nada menos de 2,5% do PIB. “É um escândalo, é preciso equilibrar esse ganho com o do setor produtivo”, frisou.

REFORMAS

Presidente do Instituto Democrática, o empresário goiano José Alves Filho disse acreditar que o setor industrial brasileiro tem como reverter a atual situação e voltar a crescer. Para tanto, acrescentou, basta o País fazer as lições de casa, como fez a China, que na década de 1990 tinha um PIB menor que o do Brasil e hoje chega a US\$ 11 trilhões, enquanto o brasileiro não passa dos US\$ 2 trilhões. José Alves Filho também defendeu a reforma da política monetária, segundo o empresário, mais urgente que a reforma da Previdência. A monetária proporcionaria economia anual ao País de R\$ 296,4 bilhões, enquanto a da Previdência, de R\$ 67,65 bilhões.

O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, disse, no entanto, que está sentindo melhora na economia do País, o que vai favorecer a indústria nacional. “A solução passa por nós. E algumas leis já aprovadas certamente vão mudar a rota do Brasil no rumo do crescimento”, disse. Presidente da Associação Comercial e Industrial de Goiás (Acieg), Euclides Siqueira também se mostrou otimista com os rumos da indústria nacional. “Vamos engatar uma terceira e depois uma quarta e vamos para a frente em 2018.”◆

(Portal Empreender em Goiás)

Debate na Fieg aborda queda no faturamento da indústria; empresários apontam caminhos para reverter efeitos da crise

A indústria brasileira sofreu redução de R\$ 347 bilhões nas margens de lucro em 2015 por conta da grave crise econômica no Brasil e também pelo avanço das importações de bens industriais a partir de 2005, que praticamente parou a produção industrial brasileira depois de 2010. É um fenômeno que tem acontecido de forma intensa nesta década. Em 2010, por exemplo, a lucratividade do setor encolheu R\$ 110 bilhões em 2010. Os números foram apresentados pelo economista e consultor de planejamento estratégico da Petrobras, Thiago de Moraes Moreira, em palestra, seguida de debate, na Federação das Indústrias de Goiás (Fieg), dia 14 de dezembro.

Thiago de Moraes elencou as variáveis que, em sua opinião, contribuíram de forma decisiva para a queda no lucro da indústria brasileira de 2000 a 2017: importações, comércio, transporte e setor financeiro. Ele explicou que importações e produção de bens andaram juntas até 2005. A partir daquele ano houve um “descolamento”, com a importações avançando mais, chegando a uma disparada a partir de 2010, deixando a indústria praticamente estagnada. Essa situação foi favorecida pela taxa cambial, com o dólar caindo de R\$ 4,60 em 2002 para até R\$ 1,50 em anos seguintes.

Na variável comércio e transporte, esse impacto negativo nos lucros da indústria foi de 114 bilhões em 2015, em função da elevação de custos. Mas o tombo na margem de lucro do setor se acentuou a partir de 2010, quando esse encolhimento chegou a R\$ 110 bilhões.

A partir de 2015, a crise chegou também ao comércio e ao transporte, “e todo

● **Saldo histórico:** balança comercial atinge superávit de quase US\$ 3,7 bilhões, empurrado pelas vendas de soja e companhia

A BOA NOTÍCIA VEIO DE FORA

Superávit comercial atinge valor histórico em 2017, sustentado exclusivamente pelo agronegócio. Restante da economia acumulou déficit

Lauro Veiga Filho

A balança comercial de Goiás alcançou, no ano passado, valores históricos, confirmando expectativas mais recentes. A diferença entre exportações e importações avançou para US\$ 3,668 bilhões, crescendo 11,5% na comparação com 2016, quando o superávit havia alcançado US\$ 3,289 bilhões, em números aproximados. O resultado veio exclusivamente por conta dos bons resultados colhidos pelo agronegócio, que encerrou o ano com saldo positivo de US\$ 5,219 bilhões – o que significa dizer que os demais setores da economia apontaram desequilíbrio comercial de US\$ 1,551 bilhões. O número geral combinou avanço de 16,45% para as exportações e alta de

22,55% para as importações, que saíram de US\$ 5,930 bilhões para US\$ 6,905 bilhões e de US\$ 2,642 bilhões para US\$ 3,237 bilhões, respectivamente.

Na ponta das vendas, o valor foi o mais alto desde 2014 e ficou aquém do recorde de US\$ 7,315 bilhões anotado em 2012, ainda sob influência do boom dos preços das commodities no mercado internacional. No caso das importações, por sua vez, o crescimento registrado em 2017 foi insuficiente para repor a perda observada entre 2015 e 2016, período em que as compras externas baixaram 21,46%, saindo de US\$ 3,363 bilhões. O melhor momento das importações ocorreu em 2011, quando alcançaram US\$ 5,728

Ilustrações: Jorge Del Bianco

UM SUPERÁVIT HISTÓRICO TAMBÉM EM GOIÁS

(Exportações, importações e saldo comercial, em US\$ milhões)

Período	Exportações	Importações	Saldo
2007	3.185	1.702	1.483
2008	4.092	3.050	1.042
2009	3.615	2.853	762,3
2010	4.045	4.175	-130,7
2011	5.605	5.728	-123,2
2012	7.315	5.125	2.190
2013	7.043	4.840	2.203
2014	6.980	4.419	2.561
2015	5.878	3.363	2.515
2016	5.930	2.642	3.289
2017	6.905	3.237	3.668

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)



bilhões, embaladas pela valorização da moeda brasileira, que tornou mais baratas as compras externas, e pelo aquecimento da economia, deixando déficit comercial de US\$ 123,241 milhões para o Estado.

Para 2018, as incertezas em relação ao comportamento do câmbio ainda nublam o cenário e impedem projeções mais acuradas. Numa avaliação mais geral, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Pedro Alves de Oliveira, visualiza o desempenho da economia sob uma “perspectiva bastante positiva neste ano”, assim como para o comércio exterior. O saldo comercial, reforça ele, foi recorde tanto em Goiás como no País, em função principalmente do crescimento das exportações de produtos primários, como soja e seus derivados, milho, carne bovina e de frango.

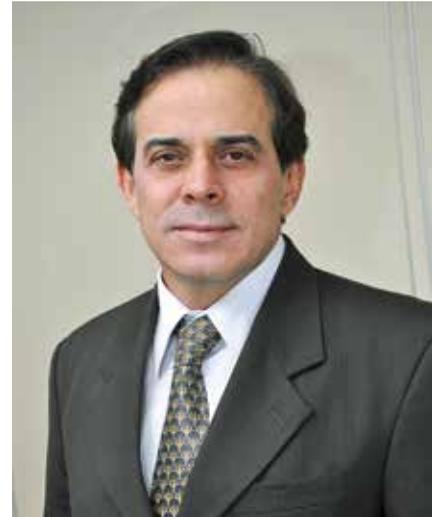
Pedro Alves destaca o trabalho desenvolvido pelo Conselho Temático de Comércio Exterior (CTComex) e pelo Centro Internacional de Negócios (CIN) para in-

serir novas empresas, especialmente micro e pequenas, no mercado internacional, ajudando a ampliar a base de exportadoras no Estado. “O mercado internacional tem funcionado como válvula de escape para a retração sofrida pelo mercado doméstico”, afirma ele. Nesse cenário, continua Pedro Alves, missões internacionais realizadas em parceria com o Sebrae Goiás buscam estimular o intercâmbio comercial e a internacionalização principalmente nas indústrias de cosméticos, de alimentos e de vestuário.

Agregar valor, o desafio

As exportações goianas tendem a continuar crescendo neste ano, reeditando a tendência observada a partir de 2016, na expectativa do presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior da Fieg (CTComex), Emílio Bittar. Como “lição dos últimos dois anos”, quando a recessão derrubou o mercado doméstico,

Alex Malheiros



● **Emílio Bittar:** “Igualmente importante será trabalharmos para exportar produtos de maior valor agregado. Esse é o grande desafio”

acredita ele, “as empresas vão continuar buscando o mercado externo como uma opção de faturamento.”

Em sua avaliação, o desempenho do setor externo goiano em 2017 foi bastante positivo, embora as exportações tenham crescido numa intensidade ligeiramente inferior à média brasileira. No total, as vendas externas brasileiras aumentaram 17,5% entre 2016 e 2017, somando US\$ 217,739 bilhões, diante da variação em torno de 16,5% para as exportações goianas. “Exportar é importante para a economia, porque ajuda a trazer riquezas para o Estado e para todo o País. Mas igualmente importante será trabalharmos para exportar produtos de maior valor agregado. Esse é o grande desafio”, sentencia Bittar.

Segundo ele, o CIN e o Sebrae Goiás dispõem de ferramentas que podem contribuir para a internacionalização das empresas, estratégia que não está isenta de riscos, lembra ainda. “O empresário precisa ter um produto de qualidade, conhecimento do mercado e sobre procedimentos e normas usualmente adotadas pelo mercado internacional, confiabilidade e capacidade para embarcar e entregar seu produto”, detalha.

Na área de promoção de comércio exterior, Bittar identifica avanços importantes em 2017, embora, em suas palavras, tenha sido um ano “extremamente difícil, com restrições orçamentárias, o que reduziu o volume de recursos mobilizados pelo Banco do Brasil, pela Empresa Brasileira de Correios e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex).”

Ele observa que, mesmo com “recursos minguados, foi possível realizar com sucesso o 5º Encontro Internacional de Comércio Exterior (Eice)”, em novembro do ano passado. Bittar acredita que essa edição mais recente do encontro, numa promoção conjunta da Fieg, por meio do CTComex e CIN, e do Sebrae Goiás, “foi a que mais trouxe retorno”. Mais uma vez, ele relaciona esse desempenho ao cenário de crise doméstica, o que levou as empresas, explica, a buscar alternativas em mercados que continuaram crescendo, a exemplo dos países da América Latina e do Caribe, reunidos no Latin American and Caribbean Group (Grulac), representados no 5º Eice.

OCTComex e o CIN, por isso mesmo, já começaram, desde fevereiro, a planejar o encontro seguinte, previsto para este ano e que deverá ter sua agenda ampliada, cobrindo dois dias de apresentações e reuniões de negócios. “Animados com os resultados do encontro de 2017, as instituições parceiras, principalmente o Sebrae Goiás, querem fazer o melhor Eice de todos os tempos neste ano”, anima-se Bittar.

Saldo pode ser segundo maior neste ano

Em sua primeira estimativa, a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) sugere desaceleração no ritmo de crescimento das exportações, maior avanço para as importações – nos dois casos, um reflexo de alguma recuperação da atividade doméstica – e retração para o superávit comercial, que ainda seria o

NA LIDERANÇA, CHINA CONCENTRA 30,8% DAS VENDAS

Na relação dos dez principais mercados de destino das exportações goianas, a China assumiu a liderança e respondeu, sozinha, por 48,64% do crescimento acumulado pelas vendas externas entre 2007 e 2017. Há uma década, o mercado chinês respondia por apenas 9,88% de todas as exportações estaduais. No passado, sua participação alcançou 30,76%, refletindo salto de 575% nas compras realizadas pelo país em Goiás, para um total de US\$ 2,124 bilhões – dos quais a soja respondeu por 76,5% (ou US\$ 1,625 bilhão).

Alemanha e Japão deixaram a lista naquele período, substituídos por Coreia do Sul e Hong Kong. Proporcionalmente, as exportações goianas para a Coreia tiveram o maior salto, crescendo 1.700%, de apenas US\$ 12,666 milhões em 2007 (apenas o 28º no ranking, com participação de 0,40%) para US\$ 228,085 milhões (3,30% do total). As vendas para Hong Kong aumentaram 192%, de US\$ 73,611 milhões (2,31% do total) para US\$ 195,099 milhões (2,83%).

Na soma dos dez maiores destinos, as vendas externas do Estado dobraram de US\$ 2,293 bilhões em 2007, quando representaram 72,0% das exportações totais, para US\$ 4,597 bilhões. A participação daqueles mercados, no entanto, reduziu-se para 66,58%, diante de 61,07% considerando-se os dez principais mercados das exportações brasileiras.

OS 10 MAIORES MERCADOS

(Principais países de destino das exportações goianas, em US\$ milhões)

Países	2007	Participação	Países	2017	Participação
Países Baixos	535,29	16,81%	China	2.124	30,76%
Alemanha	323,41	10,15%	Países Baixos	536,74	7,77%
China	314,57	9,88%	Índia	390,60	5,66%
Índia	247,24	7,76%	Rússia	274,85	3,98%
Rússia	245,17	7,70%	Irã	248,90	3,60%
Espanha	232,08	7,29%	Coreia do Sul	228,09	3,30%
Itália	145,05	4,55%	Estados Unidos	227,17	3,29%
Irã	90,28	2,83%	Itália	203,64	2,95%
Japão	82,27	2,58%	Hong Kong	195,10	2,83%
Estados Unidos	77,79	2,44%	Espanha	167,78	2,43%
Soma	2.293	72,0%	Soma	4.597	66,58%

Fonte: MDIC



segundo melhor resultado da série histórica da balança comercial.

As projeções apresentadas ainda no final de 2017 pelo presidente da associação, José Augusto de Castro, colocam as exportações do País na faixa dos US\$ 219,0 bilhões neste ano, ou alguma coisa abaixo desse valor, indicando evolução inferior a 1% na comparação com o ano passado. As importações, ao contrário, tendem a crescer entre 11% e 12%, aproximando-se de US\$ 168,6 bilhões, o que contribuiria para reduzir o superávit para algo ao redor de US\$ 50,3 bilhões, em redução de 24% frente ao saldo de US\$ 66,990 bilhões registrado em 2017. Um recorde absoluto, superando até mesmo a previsão anterior da AEB, que apontava saldo de quase US\$ 65,5 bilhões.

A demanda maior por importados, assegurada por reação da economia neste ano, avalia Castro, e a redução esperada para as safras de soja e milho, encurtando a oferta de grãos e, portanto, de excedentes para exportação, deverão influenciar o desempenho esperado para a balança comercial. A AEB trabalha com previsão de queda de 1,5% nas exportações de produtos básicos, mesmo diante das dificuldades de antecipar o comportamento dos preços, sustenta Castro. As vendas externas de produtos manufaturados devem avançar 4,3%. Neste último setor, o avanço deverá ser sustentado pela Argentina, diante de crescimento próximo a 4% esperado para sua economia.

Será um ano de fortes emoções, com “muitos altos e baixos” durante o período e uma fase de oscilações frequentes para o câmbio, na visão de Castro. As previsões da associação, de qualquer forma, não ficam muito distante das apostas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

De acordo com o secretário de Comércio Exterior da pasta, Abrão Neto, a balança comercial deverá fechar 2018 com saldo muito próximo a US\$ 50,0 bilhões, o



● **Abrão Neto:** projeção de superávit em torno de US\$ 50,0 bilhões para este ano, segundo melhor resultado na série estatística do Mdic



● **Castro:** menor crescimento para as exportações em 2018 e aceleração nas compras externas em relação ao ano passado

que asseguraria ao País “o segundo maior superávit da história.” Ele espera crescimento tanto para as vendas quanto para as compras externas na comparação com 2017, referendando a expectativa da AEB de incremento mais acentuado para as importações e avanço mais modesto para as exportações, assegurado pela alta prevista de 11,5% na produção nacional de petróleo e pela projeção de aumento de 10,6% na fabricação de veículos em 2018.

Mesmo na área agrícola, Abrão Neto acredita em algum crescimento, a despeito da colheita menor de grãos. Em sua avaliação, os embarques poderão ser sustentados pelo nível de estoques de grãos no País, o mais elevado em meia década, num volume suficiente para atender à demanda doméstica e ao mercado internacional, sem pressões relevantes sobre os preços internos.

A entrada em vigor de acordos comerciais já firmados deverá igualmente dar impulso às exportações, prossegue Abrão Neto, mencionando o acordo automotivo com a Colômbia, que abrirá espaço para o embarque de até 25 mil veículos brasileiros por ano sem cobrança de tarifas, e o acordo de livre comércio com o Egito. A desburocratização, com a concentração de toda a operação de exportação no Portal Único de Comércio Exterior a partir de julho próximo, na opinião do secretário, reduzirá a exigência de documentos e de procedimentos formais, o que poderá igualmente incentivar as vendas ao exterior. **(Com Agência Brasil)**



● **Perspectiva:** queda na produção de milho e soja poderá influir nos volumes a serem exportados neste ano

Agência Paraná

Expectativa de vendas menores

Diante da expectativa de produção relativamente menor de soja e milho, as exportações do agronegócio tendem a refletir a menor oferta, esperando-se recuo nos volumes embarcados neste ano, segundo avaliam Edson Novaes e Cristiano Palavro, respectivamente, diretor executivo e analista técnico do Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), ligado à Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg).

“A queda nas exportações deverá ser proporcional à redução esperada para a produção. Além disso, há tendência de maior processamento interno de soja e de milho, já que a produção de carnes bovina e de frango devem crescer 2,1% e 2,8% em relação ao ano passado”, reforça Novaes. Em relação à geração de divisas, os prognósticos são mais incertos, complementa Palavro, já que o cenário político, com

eleições presidenciais em outubro, não autoriza previsões sobre o comportamento do câmbio.

Numa avaliação desagregada das exportações no ano passado, Novaes e Palavro constataam que nunca se exportou tanta soja no País. De fato, o grão foi o grande impulsionador das exportações do agronegócio goiano no ano passado, com embarques de 4,805 milhões de toneladas, correspondendo a 7,0% do total exportado pelo País, que atingiu 68,148 milhões de toneladas – 32,1% mais do que no ano anterior.

As vendas externas do grão representaram 44,4% da produção colhida em Goiás na safra 2016/17, em torno de 10,820 milhões de toneladas. O Brasil embarcou quase 60% de tudo o que colheu e, do total, praticamente 79% tiveram a China como destino. No caso goiano, o mercado chinês comprou 87,5% da soja exportada, algo como 4,206 milhões de toneladas.

Na comparação com o ano passado, as vendas externas de soja em grão realizadas a partir de Goiás aumentaram 35,4% em volume e saltaram ainda 40,8% em receitas, saindo de US\$ 1,299 bilhão para US\$ 1,829 bilhão. Apenas o grão respondeu por quase 65% do aumento experimentado pelas exportações totais do agronegócio goiano no ano passado.

O complexo soja, que inclui farelo e óleo, além do grão, continua sendo de fato o carro-chefe das exportações do agronegócio, respondendo por 50,6% de tudo o que o setor vendeu no exterior em 2017. Empurradas pelo grão, as vendas do complexo somaram US\$ 2,681 bilhões no ano passado, crescendo 35,6% em relação a 2016, quando haviam alcançado quase US\$ 1,977 bilhões. Os embarques de farelo e óleo de soja aumentaram 28,3% e 14,0%, pela ordem, somando US\$ 713,896 milhões e US\$ 137,866 milhões.

Segundo destaque na pauta do setor, ►

aponta Novaes, o complexo carnes teve seu desempenho abalado pela Operação Carne Fraca e seus desdobramentos, o que limitou o avanço das exportações a apenas 2,8% (de US\$ 1,248 bilhão para US\$ 1,283 bilhão). Os setores de carne bovina e de frango conseguiram lidar de forma melhor com as pressões geradas pela operação e ampliaram suas exportações em 10% e 11,8%, respectivamente, atingindo US\$ 811,381 milhões e US\$ 350,181 milhões. Mas as vendas de carne suína e peru encolheram 16,3% e praticamente 73%.

Os embarques de milho chegaram a 3,134 milhões de toneladas, num salto de 41,35% em relação a 2016, representando 32,5% da safra colhida no ano passado em Goiás e 10,7% de todo o milho exportado pelo País. Em valores, as exportações do grão somaram US\$ 489,422 milhões, num avanço de 31,46%, enquanto os preços médios de exportação recuaram 7%.

PERSPECTIVAS PARA SOJA E CARNES

Responsável por um terço de tudo o que o agronegócio exportou no ano passado, as vendas externas do chamado complexo soja, que inclui farelo, óleo e soja em grão, tendem a recuar 5,3% neste ano, segundo projeções da Associação Brasileira de Óleos Vegetais (Abiove), combinadas com os dados finais do setor para 2017, divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

No ano passado, indústria, tradings e cooperativas exportaram US\$ 31,717 bilhões, o que representou crescimento de 24,8% em relação aos US\$ 25,419 bilhões exportados em 2016, num movimento impulsionado pelo avanço de 24,4% nos volumes embarcados. Neste caso, o País despachou para o mercado internacional um recorde de 83,667 milhões de toneladas de grão, farelo e óleo de soja, diante de 67,276 milhões de toneladas em 2016.

Para este ano, a estimativa mais recente da Abiove sugere o embarque de 82,050 milhões de toneladas na soma de todo o



O DESEMPENHO DO AGRONEGÓCIO GOIANO LÁ FORA

(Exportações, importações e saldo comercial, em US\$ milhões)

Período	Exportações	Importações	Saldo
2007	2.409	58,3	2.351
2008	3.187	54,0	3.133
2009	2.769	66,4	2.702
2010	3.017	81,6	2.935
2011	4.108	79,5	4.028
2012	5.763	80,1	5.683
2013	5.668	119,6	5.553
2014	5.548	114,8	5.433
2015	4.649	100,2	4.549
2016	4.485	84,6	4.400
2017	5.301	82,3	5.219

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

complexo, num recuo de 1,9% frente ao dado final informado pelo Mapa. Como a associação trabalha com a previsão de preços de exportação mais baixos, na média do ano, as vendas externas tenderiam a sofrer queda de 5,3% nos 12 meses deste ano, baixando para US\$ 30,034 bilhões.

A maior influência negativa virá mesmo da soja em grão, que respondeu por 81,5% do volume exportado no ano passado e por 81,1% da receita. Nas contas do Mapa, o País exportou US\$ 25,712 bilhões em 2017 e deverá realizar vendas de US\$ 24,050 bilhões neste ano, na previsão da Abiove, o que representaria recuo de 6,46%. Em volume, a queda alcançaria em torno de 4,6% na mesma comparação,

saindo de 68,147 milhões de toneladas para algo próximo a 65,0 milhões de toneladas. O preço médio de exportação da soja em grão, que se aproximou de US\$ 377 por tonelada em 2017, novamente segundo as estatísticas do Mapa, tendem a recuar levemente para US\$ 370, na expectativa da Abiove, numa baixa de 1,9%.

Antonio Jorge Camardelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), espera que as exportações de carne bovina atinjam o maior volume de todos os tempos neste ano, crescendo 9,8%, de 1,530 milhão para 1,680 milhão de toneladas, superando o recorde anterior, registrado em 2014 (1,560 milhão). Em valores, embora a associação

● **Camardelli:** previsão de embarque recorde de carne bovina neste ano, próximo a 1,68 milhão de toneladas



● **Turra:** expectativa de pequeno avanço para exportações de frango e retomada do crescimento nas vendas de carne suína

espere alta de quase 10%, passando de US\$ 6,28 bilhões em 2017 para algo em torno de US\$ 6,90 bilhões, não será possível repetir o número de 2014, quando as exportações haviam alcançado US\$ 7,20 bilhões.

Nas estimativas da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), as exportações de carne de frango tendem a avançar entre 1% e 3% em volume neste ano, com recuperação dos níveis de embarques para a União Europeia, Oriente Médio e China, com habilitação de novas plantas pelo mercado chinês, onde a indústria brasileira enfrenta acusação de dumping. O presidente da ABPA, Francisco Turra, conta ainda com a abertura dos mercados de Taiwan, El Salvador e República Dominicana. Para a carne suína, a previsão da entidade contempla elevação de 4% ou 5% para os volumes que serão exportados neste ano, retomando níveis próximos aos registrados em 2016, ao redor de 732,0 mil toneladas. Para isso, Turra aposta na retomada em breve das compras pela Rússia, no início das vendas para a Coreia do Sul e na abertura do mercado peruano.

Rombo cresce na área de manufaturados

Por trás do resultado histórico, no entanto, os dados da balança comercial estadual, de acordo com estatísticas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), mostram tendências preocupantes. Primeiramente, confirmam agravamento na dependência em relação a exportações de produtos básicos e, mais acentuadamente, do agronegócio. E, ainda, um aumento importante no déficit da balança comercial da indústria de bens manufaturados, cuja contrapartida tem sido, historicamente, capacidade reduzida do setor na geração de exportações, indicando dificuldades para competir no mercado internacional.

As exportações de manufaturas somaram US\$ 371,525 milhões no ano passado, crescendo 24,1%, mas representaram 5,38% das vendas totais, maior percentual desde os 8,74% observados em 2011. As importações aumentaram 25,65%, para US\$ 3,005 bilhões (92,83% das compras totais). O resultado foi um incremento de 25,86%

no déficit do setor, que subiu de US\$ 2,093 bilhões para US\$ 2,634 bilhões.

As vendas de produtos básicos, incluindo commodities da agropecuária e metálicas, aumentaram 21,61% no ano passado, saindo de US\$ 4,048 bilhões para US\$ 4,923 bilhões, num avanço mais acelerado que aquele observado para o total das exportações. A fatia dos produtos básicos na pauta de exportações avançou de 68,26% para 71,29% entre 2016 e 2017. Essa fatia, de qualquer forma, havia sido de 85,21% em 2008 e passou a recuar nos anos seguintes, até atingir sua menor participação em 2016 – ainda assim, um percentual muito acima da média brasileira, já que os produtos básicos responderam por 46,41% das exportações totais em 2017.

A dependência do agronegócio vai além. No ano passado, o setor gerou 76,77% das exportações goianas, o que se compara com a participação de 44,1% registrada pelo setor em relação ao total exportado pelo País nos 12 meses do ano passado. O agronegócio goiano exportou US\$ 5,301 bilhões em 2017, num incremento de 18,2% diante de US\$ 4,485 bilhões em

Arnaldo Alves/ANP



● **Porto de Santos, principal saída das exportações goianas: saldo negativo sem o agronegócio**

2016, interrompendo um ciclo de quatro anos consecutivos de baixas nesta área. Somente as vendas externas de soja em grão representaram 26,49% das exportações totais do Estado, acima dos 21,91% registrados em 2016.

A exemplo do que ocorre no restante do País, o agronegócio goiano sustentou sozinho todo o superávit comercial em Goiás, gerando saldo de US\$ 5,219 bilhões em 2017, frente a US\$ 4,40 bilhões no ano anterior, indicando elevação de 18,6%. Mas numa tendência oposta à verificada no País como um todo, a balança comercial dos demais setores da economia goiana apresentou deterioração relevante no ano passado.

O saldo entre exportações e importações, descontados os resultados do agronegócio, ficou deficitário em US\$ 1,551 bilhão no ano passado, num salto de 39,5% frente

ao rombo de US\$ 1,112 bilhão registrado em 2016.

Numa nota positiva, as exportações desses demais setores foram recordes em 2017, atingindo US\$ 1,604 bilhão e crescendo 11% frente a 2016 (US\$ 1,445 bilhão). Mas as importações cresceram 23,4% sobre 2016, avançando de US\$ 2,557 bilhões para US\$ 3,155 bilhões, passando a representar 92,83% das compras externas totais de Goiás.

IMPORTAÇÕES CONCENTRADAS

Três setores responderam por 72% do aumento de 22,55% experimentado pelas importações goianas no ano passado, embora sua participação no valor total importado pelo Estado tenha se limitado a 46,45%. A maior contribuição veio das compras de sangue, antissépticos e vacinas, que evoluíram de US\$ 461,461 milhões em

2016 para US\$ 750,046 milhões, num salto de 62,54%. Quase metade do avanço das importações totais veio desse único item. Precisamente, sua contribuição atingiu 48,44%.

Como estratégia, as montadoras instaladas em Goiás preferiram concentrar o suprimento de peças e acessórios, incluindo até mesmo os motores dos veículos, em fornecedores fora do País. Isso explica o crescimento de 42,7% das importações daqueles itens no ano passado, para um total de US\$ 289,738 milhões, frente a US\$ 203,043 milhões em 2016. Sua contribuição para o aumento geral das compras externas ficou em 14,55%. As importações de adubos e fertilizantes, por sua vez, aumentaram 13,06% no ano passado, de US\$ 410,363 milhões para US\$ 463,972 milhões – o que explicou 9% do aumento das importações.

Desde 2007, as importações goia-

nas acumularam incremento de 90,21%, partindo de US\$ 1,702 bilhão para os já mencionados US\$ 3,237 bilhões, num acréscimo de US\$ 1,535 bilhões. Praticamente 35,9% desse aumento vieram das compras de sangue, antissoros e vacinas,

que anotaram elevação de 276,7% no período. O setor de medicamentos, que elevou suas importações em 266,6%, contribuiu com 15,44%, seguido por adubos e fertilizantes (alta de 76,1% e contribuição de 13,06%). As partes e peças importadas de

veículos observaram incremento de 88,5% e uma contribuição de 8,86%. Os quatro setores, que responderam por 56,52% das compras externas totais do Estado em 2017, contribuíram, portanto, com 73,24% para o crescimento das importações totais. ◆



● **Exportações de carne de frango cresceram 11,8% no ano passado em Goiás, saindo de US\$ 313,1 milhões para US\$ 350,2 milhões**

DEPENDÊNCIA DO AGRONEGÓCIO

(Exportações, importações e saldo comercial dos demais setores da economia goiana, excluído o agronegócio, em US\$ milhões)

Período	Exportações	Importações	Saldo
2007	775,84	1.644	-867,79
2008	905,13	2.996	-2.091
2009	846,12	2.786	-1.940
2010	1.028	4.094	-3.066
2011	1.498	5.649	-4.151
2012	1.552	5.044	-3.943
2013	1.375	4.720	-3.346
2014	1.432	4.304	-2.972
2015	1.229	3.263	-2.034
2016	1.445	2.557	-1.112
2017	1.604	3.155	-1.551

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

DÉFICIT COMERCIAL VOLTA A CRESCER NOS MANUFATURADOS

(Exportações, importações e saldo comercial do setor de bens manufaturados em Goiás, em US\$ milhões)

Período	Exportações	Importações	Saldo
2007	198,50	1.550	-1.352
2008	244,53	2.635	-2.391
2009	193,23	2.656	2.462
2010	247,18	3.969	-3.722
2011	490,00	5.360	-4.870
2012	302,98	4.776	-4.473
2013	352,72	4.461	-4.108
2014	299,55	4.131	-3.831
2015	299,26	3.138	-2.839
2016	299,27	2.392	-2.093
2017	371,53	3.005	-2.634

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

DESAFIOS E CUIDADOS NA INTERNACIONALIZAÇÃO

Fotos: Alex Malheiros



● **Rodada de negócios do setor de moda:** com suporte do CIN, 30 empresas goianas realizaram 75 reuniões com compradores de Chile, Equador e Costa Rica

A exportação deve ser vista como estratégia duradoura pelas empresas, o que exige planejamento e capacitação do chão de fábrica aos dirigentes

“Comércio exterior não é para amadores, mas um caminho sem volta no mundo globalizado atual. A saída para as empresas é tornarem-se profissionais e competitivas, sob o risco de estarem fadadas a ter uma atuação somente regional ou até mesmo de fechar seu negócio”, adverte o gerente do Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN), Plínio Viana. O processo de internacionalização, pelos riscos envolvidos e pelos cuidados que demanda, ressalta ele, capacitação e planejamento.

A participação em missões, feiras e rodadas internacionais de negócios pode ser um bom começo, mas deve ser precedida de planejamento e de boa preparação de parte de

empresas e empresários, recomenda Viana. Isso tudo dependerá de quanto a empresa está disposta a investir e de quando ela pretende fazer sua estreia no mercado internacional, o que deve ser feito de forma sustentada, como estratégia de longo prazo, exigindo, em vários casos, completa reestruturação do negócio. “A empresa tem de estar preparada tanto na área de produção, que deve ter capacidade para fornecer produtos de qualidade, nos prazos e volumes demandados, quanto na contabilidade, no financeiro, no marketing e na logística de toda a operação”, afirma Viana.

Adicionalmente, observa ainda o gerente, as empresas devem estabelecer uma linha de produtos competitivos, “preparar seu pessoal

tanto para a produção quanto para expedição, acompanhamento, contabilização e faturamento em moeda estrangeira.”

Para administrar com competência os riscos do processo, continua ele, o empresário precisa conhecer o mercado e seus clientes potenciais no exterior e “não deve ter pressa para fechar negócio”. Por isso, será importante “planejar bem o fluxo de caixa, considerando o ciclo longo nas negociações e dos recebimentos internacionais”, além de “frequentar feiras internacionais para conhecer tendências, novos fornecedores, tecnologias, processos, concorrentes e sempre estar aberto a oportunidades”, afirma Viana.

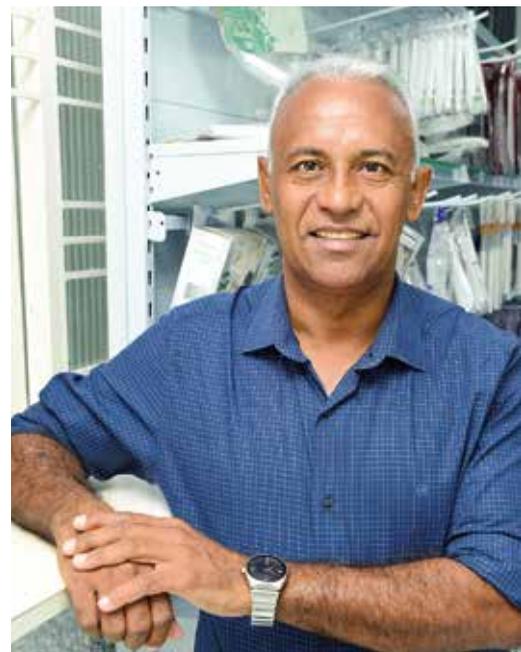
De acordo com ele, a preparação exigida em processos de internacionalização demandará a participação em palestras, cursos de capacitação, “tanto técnica quanto sobre o comércio exterior, a busca de informações e de dados setoriais para identificar mercados que onde seus produtos poderão ser mais bem aceitos, conhecer as diversas legislações e certificações internacionais, entre outros pontos.”

O CIN poderá cumprir papel estratégico em todo esse processo, sustenta Viana, com extenso portfólio que inclui cursos de capacitação, consultoria e assessoria,



● **Plínio Viana:** “Comércio exterior não é para amadores, mas um caminho sem volta no mundo globalizado atual”

inteligência comercial, adequação de embalagens e produtos para o mercado internacional, este em parceria com o Senai, promoção de negócios por meio da realização de missões internacionais de prospecção e comerciais, soluções integradas e customizadas para o cliente. O centro opera ainda a emissão do Ata Carnet, documento para exportação temporária, e do Certificado de Origem (COD), documento que fornece vantagem tarifária para importadores de países que mantêm acordo comercial com o Brasil.



● **Lino Alves Ferreira:** “Em Bogotá, 15 empresas demonstraram interesse em nossa linha facial”

Linha especial para exportação

Há quase sete anos no mercado, a Cosmefar Indústria e Comércio de Produtos Químicos espera despachar ainda neste ano os primeiros carregamentos de cosméticos para o exterior. Instalada no Parque Industrial José de Alencar, em Aparecida de Goiânia, desde 2011, a empresa decidiu desativar no ano passado a marca Aguce Cosméticos, que inclui produtos para tratamento capilar, sabonete íntimo, gel de arnica e hidratantes, entre outros, e agora desenvolve uma linha específica para exportação, de acordo com o empresário Lino Alves Ferreira, diretor e sócio majoritário da Cosmefar.

Mas a estratégia para ganhar o mercado internacional começou a ser desenhada bem antes. A empresa participou de cursos oferecidos pelo Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN) e passou a frequentar feiras e missões externas com apoio do próprio CIN, do Sebrae Goiás e do Sindicato das Indústrias Químicas ▶

PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

No ano passado, o CIN organizou ou participou como colaborador, com apoio direto a empresas goianas, de missões à Cosmoprof, no setor de cosméticos (Bolonha, na Itália), da Expocósmética (em Porto, Portugal), ISalone (móveis, em Milão, na Itália), Belleza y Salud (cosméticos, em Bogotá, na Colômbia), Anuga (alimentos e bebidas, em Colônia, na Alemanha) e da Expo Paraguai, em Assunção.

Aqui dentro, entre outras ações, o centro promoveu, em parceria com entidades como Sebrae Goiás, Apex e o governo estadual, o 5º Encontro Internacional de Comércio Exterior, com 250 participantes, seguido de rodada de negócios com 40 empresas goianas dos setores de alimentos, bebidas e cosméticos, e nove compradores das Américas Central e do Sul, Europa e África.

Na sequência, em dezembro, realizou o encontro de negócios de moda, envolvendo 30 empresas goianas dos setores de moda feminina, moda praia, roupa para adolescentes, bijuterias, bolsas e calçados, que negociaram com importadores do Chile, Equador e Costa Rica, num total de 75 reuniões.

no Estado de Goiás (Sindquímica), cuja diretoria integra. Em abril, relembra ele, participou da Expocosmética, na cidade do Porto, em Portugal, com objetivo de conhecer o ambiente de negócios fora do País, fazer contatos e estudar o mercado. Entre o final de setembro e o começo de outubro do ano passado, a Cosmefar participou mais ativamente da feira Belleza y Salud, em Bogotá, na Colômbia. Essas experiências, além da capacitação fornecida pelo CIN, foram decisivas para que a empresa tomasse a decisão de exportar seus produtos.

Uma empresa de consultoria foi contratada para o desenvolvimento de uma linha de produtos tipo exportação e criação de uma marca exclusiva para o mercado internacional. “Em Bogotá, 15 empresas demonstraram interesse em nossa linha facial. Resolvemos começar (a exportação) com quatro ou cinco itens sob uma nova marca”, destaca Ferreira. “O custo para exportar é alto. Tivemos de trabalhar e estudar muito, aperfeiçoar nossos processos e vamos agora desenvolver a linha de exportação apenas com produtos diferenciados”, reforça o empresário.

A empresa investe ainda para aumentar sua capacidade em 50%, saindo de quatro para seis toneladas de produtos por dia, num investimento estimado em R\$ 300 mil. Parte dos recursos virá do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o restante será financiado pelo caixa da própria empresa. “Esse projeto deverá estar concluído até final de março, no máximo”, espera Ferreira.

Há dois anos a Cosmefar passou a terceirizar a produção, fornecendo atualmente para três dezenas de clientes em todo o País, com portfólio de 486 produtos das linhas facial, profissional e de hidratantes. “Descobrimos que temos vocação para desenvolver e fabricar produtos. A terceirização contribui para manter a



● **Anuga:** edição do ano passado da maior feira do setor de alimentos atraiu 7.405 empresas de todo o mundo, inclusive a Ervaria

empresa capitalizada, melhorando seu fluxo de caixa”, aponta Ferreira. Mestre em cosmetologia formado pela Unesp, Guilherme Alves Ferreira, filho e sócio do empresário, comanda a divisão de pesquisa e desenvolvimento da Cosmefar.

Preparando a estreia internacional

A Ervaria Produtos Naturais e Aromaterápicos planeja iniciar as exportações em 2019, mas desde o ano passado já se prepara para a estreia no mercado internacional. “Começamos a trabalhar nesse projeto no começo do ano passado”, afirma Frederico Bruder Rassi, dono da empresa. O empresário frequentou uma série de cursos oferecidos pelo Centro Internacional de Negócios da Fieg, incluindo temas como formação de preços e negociações internacionais, e participou da edição de 2017 da Anuga, maior feira internacional do setor de alimentos, realizada a cada dois anos em Colônia, na Alemanha.

“Fomos para conhecer o mercado, ver como funciona e também para manter contatos”, comenta Rassi. A feira registrou 7.405 empresas exibidoras de todo o mundo no ano passado e um público de



● **Frederico Rassi:** empresa estrutura sua operação para fazer a primeira exportação de chás e geleias ainda neste ano

quase 165,0 mil visitantes. O planejamento desenhado pela Ervaria, a ser mais bem detalhado neste ano, prevê o início das exportações provavelmente com o embarque de geleias e chás. “Teremos então condições de atender a uma demanda maior. Nossos alvos iniciais deverão ser mercados na Europa, a exemplo de Portugal, e Chile e Colômbia na América do Sul”, detalha o empresário.



© Koehnmesse GmbH, Oliver Wächterfeld



● **AlcaFoods:** empresa goiana participa da rodada de negócios realizada durante o 5º Eice e espera fechar acordo com pelo um comprador

Fundada em novembro de 2010, a Ervaria processa ervas orgânicas em Nerópolis, produzidas em sua fazenda, que fica dentro do complexo da Santa Branca Ecológico. A linha de alimentos inclui chás, sete sabores de geleias, temperos prontos, chutney (espécie de molho de origem indiana feito com frutos, açúcar, vinagre e especiarias) e a recém-lançada linha de frutas desidratadas. “Toda a produção é orgânica e devidamente certificada, desde o plantio até o produto final”, assegura Rassi. Segundo ele, as áreas de plantio e o processamento são certificados tanto pela brasileira IBD Certificações, com sede em Botucatu (SP), quando pela argentina Organização Internacional Agropecuária (OIA). “São quatro certificações no total”, complementa.

A fábrica de alimentos foi concluída em dezembro de 2015 e entrou em operação em janeiro do ano seguinte, processando anualmente em média 1,2 mil unidades por produto. No ano passado, a empresa lançou um mix de proteínas vegetais para veganos e vegetarianos, com uso de *Ora por nobis* (planta originária do continente americano, com nome científico de *Pereskia aculeata*, alto teor de fibras e de proteína) e moringa (também conhecida

como acácia branca), destinado a complementar a dieta de quem não come carne.

Em agosto passado, foram lançados ainda um sal de ervas, que leva em sua composição manjeriço, orégano e casca de limão, substituindo o cloreto de sódio para temperar a comida, e uma linha de produtos sem açúcar (pasta de frutas, biomassa e farinha de banana verde e farinha “seca barriga”).

Atualmente terceirizada, a fabricação de cosméticos da Ervaria deve ser assumida pela empresa, que já produzia sabonetes em barra e líquido, aromatizadores de ambiente e máscara de argila e lançou, em dezembro, uma linha para tratamento capilar, a linha masculina, desodorante e hidratante corporal. “A fábrica de cosméticos está em fase final de análise pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A expectativa é de que seja aprovada após o Carnaval, com as obras iniciando-se em março ou abril”, adianta Rassi, que espera colocar a unidade em produção em 2019. Seus planos contemplam ainda entrar no mercado da Califórnia (EUA) em 2020.

ESFORÇO PARA RETOMAR VENDAS

A AlcaFoods, indústria de cereais matinais instalada em Itumbiara desde 1995, foi uma das 40 empresas goianas que participaram da rodada de negócios realizada durante o 5º Encontro Internacional de Comércio Exterior e espera ter sucesso em pelo menos umas das negociações iniciadas durante o evento. “Estamos negociando ainda a questão dos preços, mas esperamos fechar negócio com pelo menos uma empresa”, afirma Waisder Martins, assistente de comércio exterior da AlcaFoods.

Durante a rodada, num balanço do Centro Internacional de Negócios, foram realizadas 144 reuniões entre empresas goianas dos setores de alimentos, bebidas e cosméticos e nove compradores internacionais das Américas Latina e do Sul, da Europa e da África.

Além de cereais, a AlcaFoods fabrica mingau infantil, achocolatados, bananinhas, granola e começa a explorar uma linha de cereais orgânicos. “Está tudo pronto para a certificação, mas ainda não temos previsão”, afirma Martins. A empresa exporta desde 2005, com embarques mensais para Uruguai, Paraguai, Angola e ilhas do Caribe, numa média de dois a três contêineres por mês. O planejamento da empresa prevê elevar as exportações para algo como 30% do faturamento em cinco anos, diante de uma fatia de apenas 1% atualmente.

“Estamos tentando retomar negócios com a Ásia, especialmente com China, Japão e Nepal, e negociamos ainda nosso retorno a Dubai, Ilhas Fiji e Austrália”, diz Martins. Neste ano, a empresa espera dobrar a exportação mensal para seis contêineres. Além do mercado asiático, a expectativa é de também retomar as transações com a América do Norte. ♦



● O governador Marconi Perillo, o presidente do Paraguai, Horacio Cartes, e o presidente da Fieg, Pedro Alves: primeira visita oficial

A CONEXÃO PARAGUAIA

Paraguai pretende transformar sua economia em plataforma para exportações e apresenta incentivos para atrair investimentos e empresas, goianas inclusive

O governo paraguaio de Horacio Cartes, que entrega o cargo em agosto, depois de cinco anos no poder, desenvolve uma estratégia bastante clara para atrair investimentos estrangeiros, sobretudo brasileiros, e transformar seu país numa plataforma de exportações de grãos e de manufaturas para o resto do mundo, destacadamente para Ásia, de olho, obviamente, no mercado chinês, e também para a Europa.

O projeto reconhecidamente ambicioso foi detalhado durante a Conferência Internacional Goiás-Paraguai, realizada pela Fieg, por meio de seu Centro Internacional de Negócios (CIN) e do Conselho Temático de Comércio Exterior (CTComex), em parceria com o governo estadual. O evento, no final do ano passado, marcou a visita de Cartes a Goiás, a primeira de um presidente latino

americano ao Estado, e contou ainda com a participação do governador Marconi Perillo e de seus principais auxiliares.

“Temos a economia mais competitiva da região e a moeda mais estável. Um dos eixos de nossa administração é conectar o Paraguai com o mundo, mas sobretudo à América Latina”, destacou Cartes, para quem seu país é um “parceiro natural” do Brasil e de Goiás. A agenda entre Goiás e o governo paraguaio vem sendo construída de forma acelerada desde setembro do ano passado, quando o governo do Estado realizou missão internacional incluindo, além do próprio Paraguai, Argentina e Uruguai, com participação de empresários.

Na sequência, já no início de outubro, a Fieg, CIN e CTComex promoveram seminário com a presença de representantes do go-

verno estadual e do setor de promoção de investimentos do Ministério de Indústria e Comércio do Paraguai. Numa iniciativa conjunta, ainda em outubro, foi realizada a Expo Paraguai, com participação de 14 empresas goianas, numa missão organizada pelo CIN. Finalmente, em visita ao Estado em novembro, o embaixador do Paraguai no Brasil, Manoel Cáceres, acertou os detalhes finais da visita de Cartes.

“Pela primeira vez um líder sul-americano visita a Casa da Indústria goiana, num importante caminho diplomático percorrido até aqui. Esta foi uma agenda construída com ampla receptividade do governo paraguaio”, saudou Pedro Alves de Oliveira, presidente da Fieg, dirigindo-se a Cartes. O objetivo, prosseguiu Pedro Alves, é estimular o intercâmbio na área de comércio e de investimentos. “A balança comercial entre Brasil e Paraguai, apesar de tímida, mostra potencial para incrementar os negócios entre os dois países”, acrescentou, citando o futuro corredor rodoviário entre Porto Murtinho e portos chilenos, criando um eixo logístico que permitirá maior integração entre as economias regionais, encurtando o caminho para o mercado asiático.

Diálogo com vizinhos

“Estivemos falando por muito tempo com Europa, com China e outros países da Ásia, mas temos de falar entre nós”, sustentou o ministro paraguaio de Indústria e Comércio, Gustavo Leite, durante sua apresentação na Conferência Internacional Goiás-Paraguai. No futuro, prognosticou ele, “teremos uma ligação tão forte com Goiás como a que temos hoje com Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo.”

O presidente Horacio Cartes lembrou que o Brasil chegou a importar US\$ 73,0 bilhões da Ásia, dos quais metade vieram da China. No ano passado, esse valor foi reduzido para US\$ 49,7 bilhões, mas representou um terço das compras externas totais do País. A China respondeu

por 55% das compras brasileiras na região. “Por que importar da China quando as empresas brasileiras poderão exportar para o mercado chinês a partir do Paraguai?”, questionou.

Se a competitividade dita a nova ordem econômica mundial, ponderou Cartes, o Paraguai está preparado para oferecer as condições para que as empresas ali instaladas operem num ambiente que favorece os negócios, a custos comparativamente mais baixos do que no restante do continente. Em torno de 70% da população paraguaia, sustentou Leite, tem menos de 35 anos e o país está relacionado entre os cinco melhores lugares para se fazer negócio no ranking do Banco Mundial. “A taxa de retorno média dos investimentos nos últimos anos foi de 22% ao ano e a economia cresceu 5,1% ao ano na última década, também em média.”

Trabalho apresentado pelo ministério durante o seminário ocorrido em outubro, citando dados de 2014, indica que os custos do trabalho no país seriam 30% mais baixos do que no Brasil, atingindo US\$ 4,20 por trabalhador/hora, diante de US\$ 6,00

por aqui. Na comparação com Argentina e União Europeia, esse custo seria 67% e 81% menor. Considerando os mesmos países, os impostos sobre a renda e sobre o valor agregado, ambos fixados em 10% pelo governo paraguaio, comparam-se com alíquotas de 34% a 25% no Brasil, respectivamente, 35% e 21% na Argentina e de 62% a 53% na União Europeia. Os custos da energia, estimados em US\$ 62 por megawatt/hora naquele país, sem impostos, estariam 50% mais baixos do que na União Europeia e 80% menores do que no Brasil. O país combina baixa cobrança de impostos com incentivos para maquiadoras (empresas que importam insumos, peças, partes, acessórios e componentes com isenção de taxas para a montagem de produtos destinados à exportação), alíquota zero do imposto sobre o valor agregado para bens de capital, isenção tarifária para importações de máquinas e equipamentos e sobre a remessa de lucros e dividendos para fora do país. Essas, entre outras vantagens fiscais, colocam a carga tributária em 16,2% do Produto Interno Bruto (PIB). ►



● **Gustavo Leite:** “A taxa de retorno média dos investimentos nos últimos anos foi de 22% ao ano e a economia cresceu 5,1% ao ano na última década”

OS QUATRO VETORES

A estratégia paraguaia rumo à sua transformação em plataforma de exportações, afirmou o ministro Gustavo Leite, foi montada sobre quatro vetores centrais. O primeiro deles, na área de produção agrícola, considera o fato de o país ser hoje o sexto maior produtor e quarto maior exportador de soja em grão e dispor de área agricultável ainda não explorada. O país quer se consolidar como fornecedor de alimentos para o mundo.

No setor industrial, o projeto leva em conta o “contrato social firmemente consolidado entre empregados e patrões” como um dos atrativos para futuros investimentos estrangeiros. Segundo ele, mais de uma centena de empresas brasileiras já estariam operando no mercado local. O fortalecimento da indústria florestal, citou Leite, faz parte dos planos, com destaque para o setor de celulose e papel. Por fim, a logística do país deverá ganhar impulso com a construção da chamada Rota Porto Murtinho, que deverá cruzar todo o país e, futuramente, estender-se aos portos ao norte do Chile, criando uma opção de saída pelo Pacífico para o Brasil.

Uma saída para o Pacífico

Envolvendo empresários e governos de quatro países – Brasil, Paraguai, Chile e Argentina –, além de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, a Rota da Integração Latino-Americana (Rila) ou “Rota Bioceânica”, como também tem sido chamada, deverá ligar Porto Murtinho (MS) aos portos da região norte do Chile (Antofagasta, Iquique e Arica), criando uma opção para escoamento de cargas, principalmente do Centro-Oeste brasileiro, para os mercados asiáticos. “O projeto interessa à indústria goiana porque se trata de uma possibilidade de mais de escoar sua produção. Com a Ferrovia Norte-Sul ainda não consolidada, não podemos desconsiderar quaisquer

opções. Devemos escolher a logística mais competitiva”, afirmou o presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg (Coinfra), Célio Eustáquio de Moura.

No total, o corredor viário deverá cobrir entre 1.814 quilômetros, considerando o trajeto até o porto de Antofagasta, e 1.985 km em seu trecho mais longo, da fronteira brasileira ao porto de Iquique. Mas ainda há muito a avançar. Falta licitar, num certame internacional, e construir a ponte de 500 metros e custo estimado em R\$ 270 milhões que ligará Porto Murtinho a Capitan Carmelo Peralta, além de um anel viário que ficará a cargo do governo brasileiro. O investimento na ponte deverá ser dividido entre Brasil e Paraguai.

Será preciso também asfaltar o trecho rodoviário de 678 quilômetros desde a fronteira Paraguai com o Brasil até Pozo Hondo, na fronteira argentina. Antes do Natal, adiantou o ministro de Indústria e Comércio paraguaio, Gustavo Leite, foram abertos os envelopes com as propostas para

o asfaltamento do primeiro trecho, de 277 quilômetros, até Marechal Estigarribia. “As obras devem ser iniciadas em março ou abril deste ano, com conclusão prevista para 24 meses e um investimento aproximado de US\$ 300 milhões”, disse Leite.

Aquele deverá ser o trecho mais caro, por exigir soluções de engenharia mais complexas, já que cruzará a região do Chaco Paraguai. A segunda etapa do projeto envolverá 401 quilômetros de estrada desde Estigarribia a Pozo Hondo. O governo paraguaio estima que toda a rodovia deverá estar asfaltada em três ou no máximo quatro anos.

Ao longo do processo, retomou Moura, será preciso colocar os quatro países à mesa para negociar e estabelecer uma política aduaneira integrada para o corredor. A ideia, sugeriu o presidente do Coinfra, é assegurar o trânsito livre de bens e mercadorias, sem barreiras e impostos, até os portos chilenos. ◆

<http://www.portomurtinho.ms.gov.br>



● **Rota da Integração Latino-Americana:** corredor rodoviário cruzará os Andes rumo a portos chilenos

Arnaldo Alves/ANPr



● **Distorções em cadeia:** exportações de soja em grão passam a representar quase 60% da produção brasileira

A POLÍTICA DOMINA O DEBATE

Estados querem o fim da lei para reforçar o caixa. Produtores e indústrias buscam soluções de consenso para preservar a cadeia de produção de soja

O debate sobre a Lei Kandir assumiu, nos últimos meses, caráter muito mais político do que econômico, diante da ofensiva movida pelos governos estaduais para que a União regulamente a lei de 1996. O interesse, meramente fiscal, é de que o governo federal defina em lei – e de uma vez por todas – as formas e os valores do ressarcimento devido aos Estados pela desoneração das exportações de produtos primários e semielaborados.

As estimativas para o ressarcimento exigido pelos Estados são tão variadas quanto polêmicas. O Ministério da Fazenda já deixou bastante claro que não aceita discutir passivos. Algumas contas sugerem perdas em torno de R\$ 40,0 bilhões por ano, com passivo acumulado nos últimos 21 anos de R\$ 548 bilhões em valores históricos, na contabilidade do Consórcio Nacional de Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita e Tributação (Consefaz).

Em 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) fixou prazo até 30 de novembro do ano passado para que o Congresso Nacional regulamentasse a Lei Complementar nº 87/1996 (a famosa Lei Kandir). Em caso de descumprimento do prazo, o STF havia decidido que o Tribunal de Contas da União (TCU) passaria a fazer os cálculos para estabelecer a compensação.

Ainda em novembro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC 37/2007) que reinstituí a cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na exportação de produtos não-industrializados e semielaborados. Se for aprovada em definitivo pelo Congresso, voltará a prevalecer o regime tributário estabelecido pela Constituição de 1988, que exonerava de impostos apenas a exportação de produtos industrializados.

No mês seguinte, o governo sancionou ►

projeto de lei aprovado pela Câmara Federal, que autoriza o repasse aos Estados e municípios de R\$ 1,91 bilhão como complemento à compensação pelas perdas geradas na desoneração do ICMS nas exportações – o que não pacificou a questão, debatida por representantes das indústrias de soja e de produtores na primeira semana de dezembro, durante encontro na Casa da Indústria, promovido pela Fieg.

Os dois lados buscaram aproximação, mas um possível consenso ainda exigirá novas reuniões. A indústria sustenta que tem perdido competitividade, destacadamente nas exportações de farelo e óleo de soja, enquanto o País se especializa na venda do grão, conforme o diretor superintendente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio), Júlio César Minelli.

A simples revogação da Lei Kandir não parece ser uma opção, embora o cardápio de opções apresentado pela Aprobio contemple a alternativa. “Não sou favorável ao fim da lei, afinal, nossa produção agrícola aumentou de 73,6 milhões para 228,0 milhões de toneladas entre 1996 e este ano”, afirmou Pedro Alves de Oliveira, presidente da Fieg. Ele defendeu a articulação de uma proposta que contemple os dois lados, “um ponto de equilíbrio que permita melhorar a situação da indústria de processamento de soja”.

Diante da “parafernália de impostos hoje no País”, comentou Pedro Arantes, assessor técnico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (Faeg), “assusta quando se fala em voltar ao formato anterior de tributação do setor”. Ele lembrou que produtores e indústria participam da mesma cadeia produtiva e sugeriu uma “união de forças para que os dois lados, com bom senso, sejam beneficiados”.

A lei e a estratégia chinesa

Uma adequação nos termos da Lei Kandir surge como caminho mais indicado, porque retornar ao sistema que vigorou até 1996 significaria elevar a carga tributária de todo o setor. Conforme Minelli, da Aprobio, as exportações de soja em grão, farelo e óleo eram taxadas em 13%, 11,1% e 8%. A alternativa seguinte, apresentada ainda pela associação, combina a revogação da lei com a aplicação de uma alíquota de 6% de ICMS sobre as vendas externas de soja em grão, num sistema de “escada tributária” que equipararia o Brasil ao restante do mundo.

Uma terceira proposição, que recebeu melhor acolhida durante o encontro, sugere a instituição em todo o País do regime tributário adotado pelo governo de Mato Grosso do Sul. O sistema permite que tradings, produtores e empresas exportadoras, com capacidade para armazenar no mínimo 10 mil toneladas de grãos, exportem metade de sua produção sem a cobrança de ICMS, desde que a outra metade seja destinada ao mercado doméstico. A adesão ao modelo é facultativa, mas quem não aderir estará sujeito a alíquota integral do imposto.

A Aprobio atribui à Lei Kandir as distorções consolidadas nas últimas décadas no setor de soja. Até 1996, em torno de 84% da produção de soja (então limitada a 23,2 milhões de toneladas) era processada aqui dentro pela indústria e 15% destinada à exportação. No ano passado, o mercado internacional foi o destino de quase 60% da produção (68,148 milhões de toneladas exportadas para uma produção de 114,075 milhões de toneladas) e quase um terço da safra colhida foi processada pelas indústrias.

Enquanto as exportações

brasileiras de soja em grão cresceram quase nove vezes entre 1997 e o ano passado, as vendas de farelo e de óleo de soja avançaram 42% e 19%, respectivamente. Na Argentina, as exportações caminharam quase no mesmo compasso, com altas de 347% para o grão, 315% para o farelo e de 347% também para os embarques de óleo. Nos Estados Unidos, maior produtor mundial da oleaginosa, as vendas externas de soja em grão subiram 141%, diante de avanços de 90,5% para o farelo e de 186% para óleo de soja e biodiesel, somados.

Uma parte dessas mudanças, no entanto, deve ser atribuída a uma alteração profunda na estratégia da China, que reduziu suas importações de farelo e de óleo em 98% e 57% desde 1996, para concentrar suas compras no grão, expandindo suas importações em espantosos 10.717%, para 86,0 milhões de toneladas, das quais quase dois terços vieram do Brasil. Não por acaso, o mercado chinês respondeu por quase 89% do crescimento das exportações brasileiras de soja em grão entre 1997 e 2017, passando a responder por 79% dos embarques (diante de uma fatia de 3,7% em 1997). ♦



● **Júlio César Minelli:** na Argentina, exportações de soja em grão, farelo e óleo cresceram quase na mesma intensidade desde 1996

FUTEBOL, PAGODE E MODA

OAK Menswear dobrou as vendas em 2017 e agora planeja abrir sua primeira loja própria, em Goiânia, e ampliar a fatia do atacado em seu negócio

A OAK Menswear, empresa goiana criada há quase três anos, instalada no Parque Santa Rita, em Goiânia, abriu 2018 em grande estilo e com planos ambiciosos. A fabricante de camisas e camisetas, bermudas e bonés para homens pretende ampliar sua produção, instalar sua primeira loja própria em Goiânia ainda neste ano, avançar mais fortemente no mercado atacadista e, se tudo correr como planejado pelo empresário, ex-jogador de futebol e pagodeiro Ronan José de Carvalho Filho, abrir sua segunda loja, desta vez em Anápolis.

O projeto de criação da empresa, reconta Ronan Filho, teve início quando ele atuava no grupo Pagode Marca da Paz e começou a produzir sua própria roupa com a ajuda da mãe. Suas roupas chamaram a atenção e atraíram o interesse de amigos e conhecidos. Com faro de empresário, ele viu ali uma oportunidade de negócio e decidiu investir R\$ 8,0 mil na compra de tecidos para a produção de camisas. Surgiu, então, a OAK, precisamente no dia 9 de março de 2015.

Toda a produção da empresa, atualmente, é terceirizada, em sistema de fabricação, para fábricas de Abadia de Goiás, Palmeiras de Goiás e Goiânia, que empregam em torno de 70 profissionais para produzir um total de mil peças por mês, em média. “Trabalhamos com coleções e, a cada dois ou três meses, colocamos uma nova linha no mercado, sempre de moda masculina”, afirma.



● **Ronan Filho:**
“O objetivo é atender os clientes com peças de bom gosto e sofisticadas, aliando ousadia, estilo, personalidade e exclusividade”

Gerardo Caetano

A próxima coleção, que desembarcou no mercado em fevereiro, trouxe como novidade adicional a estreia da empresa no segmento de moda unissex, com lançamento de uma linha de camisetas T-shirt. “Nosso objetivo é atender os clientes com peças de bom gosto e sofisticadas, aliando ousadia, estilo, personalidade e exclusividade”, destaca ele.

Praticamente todas as vendas são realizadas atualmente por meio do aplicativo Instagram, onde a OAK registrou, em números de dezembro passado, em torno de 10 mil seguidores de todo o País. “Quase todos já compraram nossos produtos ou ainda vão comprar”, aposta Ronan Filho. Ainda na seara digital, a empresa colocou seu site no ar em novembro do ano pas-

sado, no endereço www.oakmenswear.com.br. “Graças a Deus tivemos um bom desempenho em 2017, na média de todo o período, já que nossos números haviam sido melhores no final de 2016”, comenta. Apesar disso, foi possível dobrar as vendas no ano passado e ampliar a base de clientes.

Ronan Filho espera a liberação de um empréstimo pelo Bradesco, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para iniciar a montagem da loja em Goiânia. Desde 2017, a empresa começou a trabalhar com representantes em Minas Gerais, Mato Grosso e Maranhão, que atuam no atacado. A meta, diz o empresário, é elevar a participação do mercado atacadista para 40% de suas vendas. ♦



CAPACITAR PARA INOVAR

Para oferecer aos clientes produtos e serviços com mais qualidade e gerar valor aos negócios, gestores se capacitam e envolvem equipes no assunto, por meio do Inove Indústria, executado pelo IEL

Célia Oliveira
(Texto e fotos)

Com a maioria de seus executivos sobrecarregados com metas e afazeres cotidianos, gestores de empresas buscam inserir equipes no processo da inovação, dando maior liberdade para criar e pensar projetos além da rotina e, mesmo, criando áreas para o desempenho dessa atividade. A estratégia é orientada no âmbito do Inove Indústria, programa executado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), em parceria com Fieg, CNI e Sebrae.

“Nosso propósito é preparar também a equipe para atender aos clientes e ao mercado, porque nesse cenário de forma alguma uma empresa sobrevive fazendo as mesmas coisas; então, queremos novos conhecimentos”, diz Heitor Gervásio, gerente de Projeto da Flexibase, indústria de móveis de Aparecida de Goiânia, uma das 20 empresas atendidas

“QUEM FICA PARADO PERDE O CLIENTE E O NETWORKING.”

HEITOR GERVÁSIO, gerente de Projeto da Flexibase





● Consultorias coletivas alinham conceitos e trabalham ferramentas em grupo para agregar valor nos resultados para as empresas

em 2017 pelo Inove Indústria (veja box). Ele observa que os processos inovativos e de melhoria contínua cobram das organizações um comportamento de constante reinvenção. A mudança e a inovação, elementos fundamentais para a sobrevivência frente à concorrência e aos diversos mercados, conduzem as empresas a realizar investimentos em meios de resolução de problemas e também em inovação, seja em produtos, processos, modelos de negócios e/ou tecnologia.

“Estamos no Inove Indústria porque nos preocupamos em nos adequar ao mercado no que diz respeito à inovação”, acrescenta o gerente da Flexibase, que almeja explorar novas ideias, a partir do entendimento e solução de problemas, envolvendo nesse processo a diretoria e o corpo de colaboradores.

O ingresso no mundo da inovação

A gestão da inovação em uma empresa está centrada na geração de valor para os clientes e resultados significativos para os negócios. Ao romper paradigmas e encontrar novas maneiras de fazer algo

que já é feito, a gestão requer um processo estruturado e inserção no nível estratégico da empresa.

Nesse aspecto, o Inove Indústria busca melhorar resultados para as indústrias, por meio de uma capacitação estimuladora do pensar, estruturar, gerenciar e fazer inovação, independentemente do segmento ou idade da empresa.

“Penso tanto na equipe quanto na organização; por isso, busquei esta capacitação para alinhar equipe e direção”, afirma Denilson Cândido, gestor da Mandioca Mundi, pequena e nova indústria, situada em Morrinhos, Sul de Goiás. Um dos vencedores do Prêmio Nacional de Inovação, ele considera as consultorias do Inove Indústria imprescindíveis para os planos de expansão da empresa.

Já contabilizando os frutos a colher com a gestão compartilhada e inovadora, Denilson Cândido, que conduz cinco funcionários e os negócios, ainda em fase de implantação, compreende de forma clara que a inovação transformou-se numa forte aliada das empresas. “Temos planos de gerar centenas de emprego e já nascemos com a inovação em mente.”

De acordo com ele, a empresa está

criando um programa que incentivará a agricultura familiar a produzir a mandioca com um processo de qualidade e de forma sustentável, até o alimento ser beneficiado. ►

“A EQUIPE TEM DE ESTAR ALINHADA COM A DIREÇÃO DA EMPRESA PARA JUNTOS PENSAR E PRATICAR A INOVAÇÃO.”

DENILSON CÂNDIDO, gestor da Mandioca Mundi



De olho no mercado

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que 25,9% das empresas industriais brasileiras se preocupam com inovação e frequentemente lançam novos produtos ou reinventam processos.

Buscando aumentar a participação no mercado goiano em produtos diferenciados para os públicos feminino e masculino, a Suave Fragrance Indústria de Cosméticos, de Aparecida de Goiânia, faz parte dessa estatística. Com visão de abranger região ainda maior, a empresa viu no Inove Indústria a oportunidade para incrementar a produção e a negociação.

Segundo explica a gestora de Compras, Mariane Lelis, a inovação tem um peso primordial para uma indústria de cosméticos. “A globalização nos faz querer crescer, melhorar e, principalmente, desenvolver tendências.”

A disputa neste mercado é o que o move a Suave Fragrance na aprendizagem para inovar produtos. “Participamos no Inove Indústria com olho no mercado feminino, pois temos uma vasta linha de produtos, porém, temos notado o crescimento da parcela masculina que busca por produtos específicos.” Na avaliação da gestora, isso foi inovador porque a empresa tem 28 anos de mercado e 190 produtos em linha de fabricação.

De acordo com Mariane Lelis, as consultorias do programa deixam a empresa

satisfeita com as gerações de mudanças positivas nos departamentos. “Temos todo o suporte com o programa e com as consultorias.”

A gerente reconhece que as consultorias chegaram num momento oportuno, porque, no final e no início de ano, as vendas sofrem desequilíbrio (aumentam e caem). Para ela, os conhecimentos adquiridos darão base para o crescimento, inserindo a inovação no planejamento da empresa. ◆

“O INVESTIMENTO ESTÁ SENDO MÍNIMO EM RELAÇÃO AO RETORNO QUE ESTAMOS TENDO.”

MARIANE LELIS, gestora de Compras da Suave Fragrance



INOVE INDÚSTRIA

- ▶ Em 2017, o IEL Goiás atendeu 20 empresas industriais.
- ▶ Para 2018, está prevista nova edição do programa visando capacitar mais 30 empresas.
- ▶ Micro e pequenas indústrias poderão se inscrever.
- ▶ O programa visa identificar oportunidades para inovar dentro das empresas, definir estratégias para inovação, gerar novas ideias e estruturar o processo de gestão.
- ▶ São oferecidas consultorias individuais e coletivas.

Contatos com o IEL Goiás (62) 3216-0332 / 0337



Shutterstock

● **Amélia Neta, costureira da AJBB Indústria de Roupas:** sorriso novo e resgate da autoestima



SORRIA, SUA PRODUTIVIDADE ESTÁ SENDO 'FILMADA'

Investimento em saúde bucal dos funcionários garante retorno financeiro, reduz absenteísmo e eleva bem-estar no ambiente corporativo. Sesi oferece atendimento odontológico em indústrias, unidade móvel e clínicas instaladas em Goiânia, Aparecida e Anápolis

Daniela Ribeiro

Fotos: Alex Malheiros

Problemas dentários são responsáveis, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Odontologia (ABO), por quase 40% das faltas ao trabalho, que levam à perda efetiva de mais de 600 horas, as quais totalizam 82 dias não trabalhados em um

único ano. Na economia competitiva atual, muitas empresas têm investido na saúde de seus colaboradores, garantindo retorno financeiro por meio do aumento da produtividade gerada pela melhoria da qualidade de vida e da diminuição do absenteísmo. ►

“ALÉM DE FICAR COM OS DENTES CUIDADOS, COM A SAÚDE EM DIA, AUMENTA O BEM-ESTAR E A AUTOESTIMA. EU FAÇO TRATAMENTO ODONTOLÓGICO NO SESI DESDE O ANO PASSADO. NÃO IRIA INDICAR PARA MEUS FUNCIONÁRIOS SE NÃO ATESTASSE A QUALIDADE”

MÁRIO RENATO GUIMARÃES DE AZEREDO, empresário e proprietário da indústria de lajes pré-fabricadas Lajes Santa Inês

Em Aparecida de Goiânia, o empresário Mário Renato Guimarães de Azeredo, da Lajes Santa Inês, viu diminuir o número de faltas em sua empresa depois que iniciou ações odontológicas, em parceria com o Sesi. Mas ele não tem boa lembrança da primeira visita da unidade móvel do Sesi. “Foi impressionante a quantidade de dentes que foram arrancados”, diz o proprietário da indústria de lajes pré-fabricadas, lamentando que muitos de seus funcionários tiveram então, no local do trabalho, o primeiro contato com um dentista.

Com as iniciativas desenvolvidas dentro das Lajes Santa Inês, a situação mudou sensivelmente. Hoje, os cerca de 40 funcionários realizam apenas serviços de prevenção, como periodontia. A unidade móvel deixou de ir à empresa, mas os funcionários e até mesmo o empresário continuam indo ao Sesi. “Além de ficar com os dentes cuidados, com a saúde em dia, aumenta o bem-estar e a autoestima. Eu faço tratamento odontológico no Sesi desde o ano passado. Não iria indicar para meus funcionários se não atestasse a qualidade.”

Alto custo dificulta acesso ao dentista

Dados do Conselho Federal de Odontologia (CFO) mostram que 20% dos brasileiros não vão ao dentista por falta de dinheiro, 46% consideram difícil o acesso ao serviço e 1/3 não concluem tratamento público por problema de agendamento. “A maioria só procura um dentista quando já perdeu o dente”, retoma Mário Renato, concordando que custo alto e falta de consciência da importância de cuidar da saúde bucal são os principais motivos que afastam os trabalhadores dos serviços odontológicos.

Também no polo industrial de Aparecida de Goiânia, a experiência da Flexibase Mobiliários Corporativos mostra que é possível mudar a realidade de trabalhadores sem acesso à saúde bucal. Na indústria, os 170 funcionários são estimulados a irem ao dentista frequentemente. O agendamento de consultas e retornos é feito pelo setor de segurança no trabalho da empresa. Por meio de uma parceria com o Sesi, o valor dos serviços odontológicos é descontado na folha de pagamento e pode ser parcelado em várias vezes.

O objetivo é evitar que o desconforto ocasionado por doenças bucais e controle da dor com base em medicamentos causem perda de concentração e redução da capacidade e qualidade das atividades realizadas, predispondo o indivíduo a acidentes. “Segurança é muito mais que usar EPI (equipamentos de proteção individual). O sorriso é importante para aumentar a autoconfiança do funcionário e para o bem-estar físico. Traz produtividade e saúde”, afirma a gerente de Segurança no Trabalho da Flexibase, Rílvia Oliveira da Silva.

Apesar de muitos trabalhadores do chão-de-fábrica ainda acreditarem que não ter dor de dente é o mais importante, a procura por atendimento odontológico tem aumentado devido à divulgação do serviço dentro da Flexibase. “Está melhor, mas





● **Rilvia Oliveira, gerente de Segurança no Trabalho da Flexibase:** “O sorriso traz produtividade e saúde”

nem todos têm conhecimento do quanto isso é importante para a área profissional e para a vida deles.”

A coordenadora de Odontologia do Sesi, Eveline Maria Pereira, concorda que falta conscientização da população sobre a importância de cuidar da saúde bucal. “Muita gente tem um celular novo, carro do ano e não cuida dos dentes. Precisa ser prioridade, já que uma boca mal cuidada pode acarretar em uma série de doenças”, diz.

O valor do sorriso bonito na vida profissional

Um sorriso bonito e saudável pode ajudar na vida profissional, influenciar nas relações sociais e na autoestima. A tese é confirmada por uma pesquisa da Universidade Estadual da Bahia, que mostra que pessoas com os dentes bem tratados

e alinhados têm mais chance de conseguir emprego ou promoção. Diretora da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) para a Região Centro-Oeste e da Apoio Consultoria de Negócios, Dilze Percilio observa que sorriso bonito é um cartão de visitas. “Não adianta estar bem vestido, com o cabelo bonito e na hora de sorrir não ter os dentes bonitos e saudáveis.”

Ela considera que cuidar dos dentes é investimento na carreira. “Ter aparência boa na hora da apresentação para uma entrevista é muito importante. O sorriso permite criar uma conexão com o entrevistador”, diz.

Se ter a saúde bucal em dia conta pontos na hora de conseguir um emprego, para quem já está empregado pode contribuir com a carreira. “Sorrir durante a jornada de trabalho gera uma série de benefícios que, aliados às competências técnicas e comportamentais, contribuem para a vida profissional decolar”, ressalta a coordenadora de Odontologia do Sesi, Eveline Maria Pereira. ►



“TER APARÊNCIA BOA NA HORA DA APRESENTAÇÃO PARA UMA ENTREVISTA É MUITO IMPORTANTE. O SORRISO PERMITE CRIAR UMA CONEXÃO COM O ENTREVISTADOR”

DILZE PERCILIO, diretora da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) para a Região Centro-Oeste e da Apoio Consultoria de Negócios



● **Isabel Marcelina Veloso Torres, assistente química da Leinertex:** facilidade para pagar tratamento com desconto em folha

As facetas dentais também foram as responsáveis pela mudança no sorriso da auxiliar de serviços gerais Alessandra de Paula. “Não conseguia tirar uma foto sorrindo. Morria de vergonha. Só sorria com a mão na boca. Só quem tem algum problema dentário sabe como é ruim e como faz mal para a gente”, afirma. Agora, acrescenta, “as pessoas dizem que estou sorrindo para as paredes e que logo irei arrumar um namorado.”

O desconto na folha de pagamento permitiu que a assistente química da Leinertex Isabel Marcelina Veloso Torres fizesse clareamento nos dentes. “Eu fiz tratamento e logo em seguida resolvi fazer o clareamento. Gostei muito e ficou barato”, conta.

Segundo a coordenadora de Odontologia do Sesi, Eveline Maria Pereira, antes esses tratamentos eram pouco acessíveis à população. “Hoje, conseguimos oferecer um bom atendimento, realizado por profissionais especializados e comprometidos com a satisfação dos pacientes. Tudo isso cobrando valores diferenciados, possibilitando o acesso do trabalhador”, diz. ◆



● **Paciente em atendimento:** Sesi mantém três clínicas especializadas em Goiânia, Anápolis e Aparecida, onde oferece tratamentos básicos e serviços estéticos

Serviço do Sesi: bom e barato

Em 2016, o Sesi realizou mais de 70 mil consultas odontológicas em Goiás. Além de atendimentos básicos, como restaurações e tratamentos em gengivas, serviços estéticos como clareamento, colocação de facetas de resina, prótese, aparelho de ortodontia e cirurgia periodontal têm ganhado espaço nas três clínicas especializadas instaladas em Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia.

Entre os mais de 30 mil pacientes atendidos pelo Sesi somente em Goiânia, a costureira Amélia Neta, da AJBB Indústria de Roupas, realizou alguns procedimentos odontológicos incluindo colocação de facetas de resinas. O método é utilizado para envolver dentes que estão com desgastes, com manchas ou fissuras. De sorriso novo, ela diz que a autoestima e a vontade de sorrir aumentaram. “Me sinto muito melhor comigo. Estou mais confiante e sorridente. O melhor de tudo é que paguei um valor dentro do meu orçamento.”

Odontologia Sesi

Goiânia (62) 3216-0453 3216-0436	Aparecida de Goiânia (62) 3236-6935 3236-6936	Anápolis (62) 3333-3700
---	---	--------------------------------------



● Helmo José da Silveira, da confecção Kuka Maluca: aumento de produtividade e motivação da equipe

BAIXO CUSTO, ALTA PRODUTIVIDADE

Com 247 empresas atendidas, Senai Goiás ganha destaque na gestão do programa Brasil Mais Produtivo e alcança média de 65% de aumento de produtividade nas consultorias realizadas

Andelaide Lima
Fotos: Alex Malheiros

Implantado há quase dois anos para solucionar um dos principais gargalos da indústria brasileira – a baixa produtividade –, o programa Brasil Mais Produtivo obtém bons resultados em Goiás. A iniciativa, do governo federal, é executada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em todo o País e promove intervenções de baixo custo nas empresas para aumentar em pelo menos 20% a produtividade, por meio de técnicas de manufatura enxuta.

As 247 empresas goianas dos segmentos de vestuário, calçados, moveleiro e de alimen-

tos e bebidas que participaram do programa superaram a meta estabelecida e alcançaram média de 65% de aumento de produtividade nas consultorias realizadas pelos Institutos de Tecnologia Senai em Automação e em Alimentos e Bebidas, de Goiânia.

Gerente de Inovação e Tecnologia do Senai Goiás, Cristiane Neves acredita que o baixo custo e a metodologia relativamente simples para implementação das ferramentas contribuíram para o sucesso do programa. “Preparar a equipe de produção da indústria para aplicação dos conceitos de manufatura

MANUFATURA ENXUTA

enxuta e sua manutenção em um prazo curto e com baixo investimento são os principais diferenciais do Brasil Mais Produtivo. O resultado para o Senai e para as empresas goianas traz atuação sistêmica, aprendizado contínuo e, principalmente, aumento da competitividade industrial”, avalia.

Em novembro, 145 empresas goianas que integraram a primeira fase do Brasil Mais Produtivo iniciaram a segunda etapa do programa, desenvolvida em parceria com o Sebrae e focada nas áreas de tecnologia e inovação.

Produzir mais com menos

Com sede industrial em Senador Canedo, a Nativa Alimentos implantou as técnicas de manufatura enxuta no processo de fabricação da granola e obteve 261% de aumento de produtividade. “Ficamos espantados com os resultados. A produção de granola gerava muito estoque, reduzimos esse problema a zero após a consultoria com mudanças simples no fluxo de produção e implantação de ferramentas de gestão. Resgatamos o investimento em menos de um mês”, comemora o empresário Nilo Passos, proprietário e diretor de compras da Nativa Alimentos.

Especializada na fabricação de botas, bolsas e acessórios com couro exótico, a Goyazes, em Goianira, conseguiu aumentar em 212% sua produtividade. “Esse resultado superou todas as expectativas. Com as melhorias realizadas no processo de produção, batemos recorde de venda em setembro, considerado um mês ruim para o mercado, tivemos o melhor setembro dos últimos quatro anos”, avalia Fábio Ferrari, diretor de produção da empresa.

Fabricante de equipamentos para manutenção elétrica, a Tecmarques, também em Goianira, igualmente alcançou índice significativo de produtividade com a implantação do programa. “Conseguimos aumento de 175% na produtividade com

a reorganização do fluxo de funcionários e de peças no setor de ajustagem mecânica, além de outras ações que trouxeram ganhos para nossos clientes e melhorias no ambiente de trabalho”, observa Daniel Marques, proprietário.

Para o empresário Helmo José da Silveira, dono da confecção Kuka Maluca, em Senador Canedo, o programa trouxe não apenas aumento e produtividade, mas, também, motivação para a equipe. “Logo

nos primeiros dias da consultoria tivemos resultados acima do que esperávamos receber. Só com as mudanças na organização do mobiliário, reduzimos em 40% o tempo de deslocamento dos colaboradores na fábrica e aumentamos em 55% a produtividade. Ficamos muito satisfeitos com o programa e já recomendamos a vários empresários”, diz



● Nilo Passos, da Nativa Alimentos, recebe do diretor-superintendente do Sebrae Goiás, Igor Montenegro, premiação pelos resultados no Brasil Mais Produtivo



● Daniel Marques, proprietário da Tecmarques, com o gerente de Tecnologia e Inovação do Senai Nacional, Fábio Pires: destaque em produtividade

DESEMPENHO PREMIADO

Os bons resultados alcançados pelas indústrias renderam ao Senai Goiás o 1º lugar em boas práticas de gestão do programa Brasil Mais Produtivo, em cerimônia realizada em novembro. A Ação de Reconhecimento é uma premiação promovida pelo Senai Nacional e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Os critérios para premiação são comprometimento com o programa, pensamento sistêmico, aprendizado organizacional, liderança e constância de propósitos, entre outros valores.

O Regional goiano já havia conquistado, também em novembro, o 3º lugar no prêmio Iron Man, criado pelo Departamento Nacional para estimular o cumprimento das metas estabelecidas pelo programa. Santa Catarina e Minas Gerais ficaram em primeiro e segundo lugar, respectivamente. Os critérios para premiação são o número de contratos assinados e consultoria concluída com desempenho acima da média de 20% de produtividade.

Regionalmente, foi realizado em novembro o 1º Prêmio Senai de Produtividade, destinado a reconhecer os melhores cases no âmbito do Brasil Mais Produtivo. Nativa Alimentos, Goyazes e Tecmarques foram as grandes vencedoras, com os maiores índices de

produtividade alcançados, e foram contempladas com vagas no curso Lean Manufacturing, do Institute Lean do Brasil, com turmas desenvolvidas em novembro e dezembro, no Instituto Senai de Tecnologia em Automação, em Goiânia. ♦



Shutterstock



Um serviço pensado para aumentar a rentabilidade do seu negócio

Apoio **especializado** para acompanhamento dos mercados agrícolas

Cobertura de commodities:

- ◆ Soja (grão, farelo e óleo)
- ◆ Milho
- ◆ Trigo
- ◆ Açúcar
- ◆ Café

- ◆ Acesso Direto ao Consultor (Open Line)
- ◆ Alertas em tempo real (e-mail, whatsapp, SMS ou telefone)
- ◆ Reuniões Presenciais
- ◆ Estratégias personalizadas e construção de cenários sob medida
- ◆ Teleconferências

Solicite uma demonstração gratuita:

www.safras.com.br (51) 3290-9200



● FUTURO NA PASSARELA -

Alunas da pós-graduação em gestão em processos produtivos do vestuário da Faculdade Senai Ítalo Bologna, de Goiânia, Paloma Gomes e Fernanda Pinheiro participam de desfile do Senai Brasil Fashion, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, ao lado de modelos famosas, como Amanda Brolese, Renata Kuerten e Karolína Bretzke (foto). Orientadas durante o curso pelo estilista Ronaldo Fraga, elas apresentaram looks desenvolvidos com o que chamaram de renda do futuro, um tecido feito em impressora 3D, que não utiliza costura, formando peças com shape dos anos 1960.



Silvio Vital



● **HOMENAGEM AO SESI** - Quinze profissionais do Sesi Goiás, entre engenheiros e gerentes (foto), receberam, dia 1º de dezembro, Diploma de Honra ao Mérito da Câmara de Goiânia, em sessão alusiva ao Dia do Engenheiro e Técnico de Segurança do Trabalho (27 de novembro), proposta do vereador Emilson Pereira (PTN). Ao todo, cerca de 80 profissionais de segurança do trabalho foram homenageados.

● SOLIDARIEDADE NA ESCOLA -

Realizada pelos estudantes e professores do Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional (Ebp) do Sesi e Senai Canaã, a terceira edição da campanha Pela Vidda mobilizou a comunidade ao redor da escola, por meio de uma gincana, e arrecadou 27.162 caixas de gelatina em pó. Todo o material foi doado ao Grupo Pela Vidda e ao Hospital de Doenças Tropicais (HDT) de Goiânia, para ajudar no tratamento de crianças portadoras do vírus HIV. A gelatina, por ser rica em colágeno, auxilia no processo de digestão e aceitação dos coquetéis ingeridos.

● **GADO FORTE** - Cláudio Lânio Youssef, diretor comercial da San Lorenzo Agroindustrial, comemora as vendas em 2017 da ração animal produzida na fábrica em Trindade, na Região Metropolitana de Goiânia, especialmente para Minas Gerais, São Paulo e Bahia. A torta de algodão Concentral, ração animal peletizada, é uma aposta para 2018 da indústria, que tem se destacado na produção de óleo de algodão, destinado ao ramo alimentício, e produção de biodiesel.

● **HAITI AQUI** - Quase duas toneladas de alimentos arrecadadas na troca de alimentos por ingressos do programa *Terça no Teatro*, do Sesi, foram entregues a famílias de haitianos que moram no Setor São Judas Tadeu, em Goiânia, assistidas pela Igreja Batista Ebenézer. Na foto, Suely Paranaíba, esposa do presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, oficializa a entrega dos produtos, ao lado de Evald Pierre Louis, recém-chegado do Haiti, e do pequeno Daniel, nascido em Goiânia há um ano.

Josemar Calleft



● **AGE BUSCA INTEGRAÇÃO** - Com mandato prorrogado até dezembro na presidência da Associação Goiana das Empresas de Engenharia (AGE), o engenheiro civil Oswaldo Ferreira Júnior, entre os diretores Sérgio Murilo Leandro Costa e Valdivino Dias de Oliveira, anuncia planos para o segmento. "Vamos incrementar o relacionamento da AGE com as outras entidades do setor, visando ao seu fortalecimento e, com isso, tonificar e estimular o segmento a pleitear soluções de demandas junto aos gestores públicos municipais, estaduais e federais", disse o presidente durante assembleia geral de recondução de sua gestão, dia 18 de dezembro.

André Luís Alves



● **CONTÊINERES** - Uma viagem à China com grupo de empresários goianos em 2008 para buscar um guindaste foi o ponto de partida para Adelino Castelo montar, em 2011, sua fábrica de contêineres. A Araguaia Guindastes e Contêineres hoje investe na construção e na reciclagem de contêineres e módulos habitáveis em aço córtex em projetos personalizados que atendem a demanda do segmento comercial e residencial de Goiás e de outros Estados. "Por trás de uma dificuldade sempre há uma oportunidade", ensina o empreendedor.

● **FRUTAS & PIMENTA** - Em meio boom das fábricas de pimenta, o empresário Paulo Suzuki (Pimenta Habañero) acredita que a paixão do goiano incentiva o empreendedorismo no setor. Ele inova com seus molhos de fruta com pimenta, usando maracujá, abacaxi e morango, entre outras. "Existe molho de pimenta com fruta, mas nunca encontrei molho de fruta com pimenta", explica. "Não usamos polpa, mas 100% de fruta fresca selecionada juntamente com pimenta dedo de moça in natura", completa.

● **CERVEJA** - Os empresários Daniela e Reginaldo Mercez, a Cervejaria Klaro e o Instituto da Cerveja brindam o sucesso do curso de sommelier de cervejas, aberto em janeiro e que vai até maio, em Goiânia. O público-alvo é formado por profissionais que atuam no ramo cervejeiro ou desejam trabalhar nesse mercado, tendo como professores os mestres cervejeiros e sommeliers de cervejas Alfredo Ferreira e Kathia Zanatta, Edú Passarelli e Estácio Rodrigues, além de vários outros renomados profissionais da área. Aberta em 2004, a marca goiana conta com três fábricas (Goiânia, Catalão e Ribeirão Preto) e tem produção estimada em 500 mil litros por mês.

SINDIPÃO

SUCESSÃO - O empresário Marcos André Rodrigues de Siqueira, da Lanche Polo - Pães e Doces, é o novo presidente do Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás (Sindipão). Ele substitui Luiz Gonzaga de Almeida, que será presidente executivo da entidade.

ENERGIA ELÉTRICA

ENCONTRO DE CONSUMIDORES

- Goiás deve sediar, neste ano, o Encontro Centro-Oeste dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica. O anúncio foi feito pelo presidente do Conselho de Consumidores da Celg, Wilson de Oliveira (foto), representante da Fieg no colegiado, que participou de encontro nacional em Fortaleza, quando o Estado foi o indicado para receber o evento regional.



CADEIA DO VESTUÁRIO

NEGÓCIOS DE MODA - Em parceria que mobilizou Sinvest, Sinroupas, Siva e Sindicalce, o Centro Internacional de Negócios (CIN) da Fieg realizou dia 8 de dezembro, na Casa da Indústria, o Encontro de Negócios de Moda, destinado a impulsionar o crescimento econômico do setor. Apoiada ainda pela Rede CIN, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e Apex Brasil, a promoção foca a utilização da competitividade como componente estratégico para o fortalecimento industrial, além de proporcionar novas oportunidades de negócios e parcerias comerciais. Nas fotos, os presidentes do Sindicalce, Elvis Roberson Pinto, do Sinroupas e Sinvest, Edilson Borges de Sousa e José Divino Arruda, respectivamente, marcam presença no evento

Fotos: Alex Malheiros





SINDUSCON-GO

SOB NOVA DIREÇÃO - O novo presidente do Sinduscon-GO, Eduardo Bilemjian Filho (esquerda), participa ao lado do presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e do diretor regional do Senai e superintendente do Sesi, Paulo Vargas, da confraternização de fim de ano da indústria goiana com a imprensa, no Sesi Clube Ferreira Pacheco. Na oportunidade, foram relevados os vencedores do Prêmio Sistema Fieg de Comunicação, que teve como grandes vencedores Weimer Carvalho (O Popular), Luiz Geraldo (CBN Goiânia), Fábio Castro (TV Anhanguera) e Katherine Alexandria (O Popular).

CTCOMEX

CULTURA EXPORTADORA -

O presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais (CTComex/Fieg), Emílio Bittar, dá posse à coordenadora estadual do Comitê Estadual do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) no Estado de Goiás, v Baiocchi Hermano (foto). Também assumiu o secretário executivo, Francisco Domingues de Faria.



POLO DE DEFESA

PROJETO EM DEBATE - Os presidentes da Fieg Regional Anápolis, Wilson de Oliveira, da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia) e do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), Anastácios Apostolos Dagios, participaram de reunião (foto) com o governador Marconi Perillo para tratar sobre o projeto que prevê a implantação do polo de defesa no município. O encontro, no Palácio das Esmeraldas, teve participação do deputado estadual Carlos Antônio. A criação do polo motivou também a realização de uma audiência pública, na Acia, no dia 4 de dezembro.

MISSÃO COMERCIAL - A Fieg, por meio do CTcomex e do Centro Internacional de Negócios (CIN), prepara para março a primeira missão comercial deste ano, com destino ao Panamá e pelo Vale do Silício, na Califórnia (EUA). "No calendário está programada uma visita ao Panamá para conhecermos a logística do Canal do Panamá, o caminho mais curto para a Ásia. Depois, seguimos para o Vale do Silício, nos Estados Unidos, para conhecer de perto o que há de mais inédito em inovações tecnológicas", anunciou o presidente da Federação, Pedro Alves de Oliveira.

Fotos: Alex Malheiros



GESTÃO DE PCD - O presidente executivo do Sindifargo, Marçal Henrique Soares, participou da abertura do 2º Congresso Goiano de Gestão de Pessoas com Deficiência e Reabilitados do INSS, no Centro de Convenções de Goiânia (foto). Na oportunidade, foram discutidos, entre outros assuntos, o cumprimento do Decreto nº 3.298/1999, que prevê cotas para esse público no preenchimento de vagas em empresas com cem ou mais empregados. O evento foi promovido pelo Fimtpoder, o Fórum Goiano de Inclusão no Mercado de Trabalho da Pessoa com Deficiência e Reabilitado pelo INSS, que teve o Sindifargo como um dos idealizadores e funciona na Fieg, com apoio do Ministério Público do Trabalho em Goiás.

SINDIFARGO

BALDY ELEITO PRESIDENTE -

O Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo) elegeu como novo presidente o ministro das Cidades, Alexandre Baldy (foto), empresário do ramo.



SIMMEA

HOMENAGENS - A diretoria do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simmea) comemorou em grande estilo os 40 anos de fundação da entidade. Em sua tradicional festa de confraternização, ocorrida no dia 8 de dezembro, a diretoria recebeu convidados especiais e autoridades no Espaço Prêmio. Na ocasião (foto), foram homenageados os ex-presidentes, com destaque especial para o fundador da entidade, Capitão Waldyr O´Dwyer, que a presidiu durante cinco mandatos consecutivos. Em seu nome, recebeu a honraria o articulador do Sistema Fieg, Darlan Siqueira. Também foram homenageados os ex-presidentes Luiz Medeiros Pinto, Elton de Teles Campos e Francisco Gonzaga Pontes (atual secretário estadual de Desenvolvimento); o atual presidente Robson Peixoto Braga e o diretor da Fieg, Professor Hélio Naves.

Fotos: Claudius Brito



SICMA

40 ANOS - O Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) celebrou, no dia 9 de dezembro, 40 anos de fundação da entidade, durante a tradicional confraternização de final de ano da diretoria. O evento, na Estância Monjolo, reuniu ex-presidentes e várias autoridades e convidados especiais. Foi exibido um vídeo institucional destacando a história do Sicma.

Claudius Brito



SECONCI ANÁPOLIS - Na mesma ocasião, o presidente do Sicma, Anastácios Apostolos Dagios, deu posse aos membros da primeira diretoria do Seconci Anápolis, encabeçada pelo empresário Aloísio Sávio (na foto com ele e Pedro Alves). A solenidade foi prestigiada pelo presidente do Seconci Brasil, Antonio Carlos Salgueiro de Araújo. Houve ainda homenagem a pessoas que contribuíram para a consolidação do projeto, dentre elas, o presidente da Fieg Regional Anápolis, Wilson de Oliveira; o superintendente do Sesi e diretor regional do Senai, Paulo Vargas; os presidentes do Seconci Goiás, Célio Eustáquio, do Seconci Brasil, Antônio Carlos Salgueiro, e a executiva da entidade, Denise Noletto.



Shutterstock

SINDICURTUME

ACORDO SALARIAL - O Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás concluiu as negociações com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Coureira de Goiás em torno da convenção coletiva de trabalho 2017/2018. O reajuste salarial será de 2% conforme aprovado pelas duas partes.



INVESTIMENTO - O presidente do Simmea, Robson Peixoto Braga (foto), comemorou o anúncio do investimento que ocorrerá na montadora Caa, em Anápolis, para implantar uma linha de produção da Cherry. Executivos da empresa receberam o governador Marconi Perillo, o prefeito Roberto Naves, o deputado federal Jovair Arantes, entre outras lideranças políticas e empresariais, além de secretários dos governos estadual e municipal, para confirmar o investimento de R\$ 2 bilhões da Cherry no Brasil, parte dele, em Anápolis, com previsão de geração de 5 mil empregos diretos. "É uma conquista muito importante para Anápolis e, em especial, para o setor metalmeccânico", avaliou Robson Braga.



SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1.121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
sinprocimento@gmail.com

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Alyson Jose Nogueira
Telefone (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
Sindcel.go@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas para Homens no Estado de Goiás

Presidente: Daniel Viana

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINCAL

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás, Tocantins e DF

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins

Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax: (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarn@terra.com.br

SINDCURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: Emílio Carlos Bittar
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindcurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
Fone (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sindleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Marcos André Rodrigues de Siqueira
Presidente executivo: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 98422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 3225-9889
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Jaques Jamil Silvério
Fone (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Flávio Santana Rassi
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG-DF

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Domingos Sávio G. Oliveira
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Hélio Naves
simeigo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simeigo.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jair José de Alcântara
Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Enoque Pimentel do Nascimento
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

OUTROS ENDEREÇOS

SIFAÇUCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano

Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Eduardo Bilemjan Filho
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691
siagoarroz@hotmail.com

SINDICATOS/ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO - CEP 75113-630
Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997
fieg.regional@sistemafieg.org.br

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis

Presidente: Anastácios Apostolos Dajios
sicma@sistemafieg.org.br

SINDICER-GO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente eleito: Alexandre Baldy
Presidente em exercício: Heribaldo Egidio
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.



MOMENTO SAÚDE

SESI



Próximos eventos

Saúde Mental e Absenteísmo

Março - Itumbiara

Jornada E-Social

Abril - Goiânia

Emagrecimento Saudável e Qualidade de Vida

Abril - Goiânia

Seminário QVT: Inteligência Emocional para Gestão de Resultados

Abril - Catalão

Gestão da Longevidade Produtiva

Maio - Aparecida de Goiânia

Ergonomia e Qualidade de Vida no Trabalho

Maio - Anápolis

Vagas limitadas. Inscrições gratuitas em
www.momentosaudesesi.com.br

INSTITUTO SENAI

DE TECNOLOGIA

SOLUÇÕES SOB MEDIDA PARA A INDÚSTRIA.



Um pacote de soluções com modernas estruturas, voltadas para a automação e para o segmento de Alimentos e Bebidas. Todos os serviços de tecnologia para que a indústria garanta mais produtividade e competitividade.

- CONSULTORIA
- METROLOGIA
- INOVAÇÃO

senaigo.com.br/institutos



FIEG SENAI